

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 162/2021
Data: 15/10/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
ESTALEIRO DA WILSON SONS, NO PORTO DE SANTOS, RECEBE SEU MAIOR NAVIO.....	4
A TRÊS SEMANAS DO INÍCIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS EM SANTOS, ANVISA PEDE PLANO À PREFEITURA.....	4
FREDERICO BUSSINGER: GOLPE DE MESTREM.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
AGÊNCIA REALIZA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO ANTAQ 2021.....	6
DIÁRIO DO LITORAL – SP	11
DEFESA CIVIL ALERTA PARA TEMPESTADES A PARTIR DESTA SEXTA NA BAIXADA SANTISTA.....	11
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	12
PASSAGEIROS DEVEM ESTAR TOTALMENTE IMUNIZADOS NAS VIAGENS DE CRUZEIROS.....	12
INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O III CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO.....	13
PORTO DE ANGRA VOLTA A RECEBER CARGA PARA EXPORTAÇÃO.....	16
ANTT DEFINE PROCEDIMENTOS PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL E MULTIMODAL DE CARGAS.....	16
MAERSK FAZ TERCEIRO INVESTIMENTO INICIAL EM POTENCIAL COMBUSTÍVEL FUTURO.....	17
TRILHOS DA FIOEL SÃO ENTREGUES E RECEBEM CERTIFICAÇÃO TÉCNICA NO PORTO DE SALVADOR.....	18
REVISTA CARGO	19
LEIXÕES TORNA-SE O PRIMEIRO PORTO 5G EM PORTUGAL, FRUTO DA PARCERIA ENTRE NOS E APDL.....	19
COMEX DO BRASIL - DF	20
MOURÃO E TEREZA CRISTINA CONSIDERAM SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA INDISSOCIÁVEIS NA RELAÇÃO BRASIL-CHINA.....	20
BRASIL ESTÁ PRONTO PARA DAR OS PRÓXIMOS PASSOS E SE TORNAR MEMBRO PLENO DA OCDE, DIZ PAULO GUEDES.....	22
ISTOÉ - DINHEIRO	23
ANATEL ADIA ANÁLISE DO 5G; GOVERNO CITA PREJUÍZO DE R\$100 MI POR DIA.....	23
PLANTIO DE SOJA EM MATO GROSSO SALTA PARA 45% DA ÁREA DE 2021/22, DIZ IMEA.....	24
PREÇOS AVANÇAM PARA MÁXIMA DE 3 ANOS COM PREVISÃO DE DÉFICIT DE OFERTA.....	24
MONEYTIMES	25
ONS VÊ QUEDA DE 2,1% NA CARGA DE ENERGIA PARA OUTUBRO E CHUVAS ACIMA DA MÉDIA NO SUDESTE.....	25
COM FOME DE ENERGIA, CHINA SE VOLTA AOS EUA E EUROPA PREPARA PLANOS DE ALÍVIO.....	26
CHINA CORTA COTAS DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO DE REFINARIAS INDEPENDENTES PELA 1ª VEZ DESDE 2015.....	27
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	27
MME ESTUDA INCLUSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM LEILÃO DE CAPACIDADE.....	27
SENADORES JÁ FALAM EM MUDANÇA NO PROJETO DO ICMS DOS COMBUSTÍVEIS; LIRA AMEAÇA IR AO CADE.....	28
ENGIE CONFIRMA INTERESSE EM POLO DE HIDROGÊNIO DO CEARÁ.....	32
VEOLIA INAUGURA TRÊS USINAS DE BIOGÁS DE RESÍDUO URBANO.....	33
BRASIL EXPORT	34
ANTAQ PREMIA BOAS PRÁTICAS EM OPERAÇÃO E GESTÃO; CONSELHEIROS E PATROCINADORES DO BRASIL EXPORT DESTACAM-SE EM VÁRIAS CATEGORIAS.....	34
JORNAL O GLOBO – RJ	36
ESTADOS ESTIMAM PERDA DE R\$ 24 BI COM MUDANÇA NO ICMS DE COMBUSTÍVEIS. VEJA O IMPACTO EM ALGUNS DELES.....	36
COM CRISE HÍDRICA E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA, COMÉRCIO ENTRE BRASIL E EUA ATINGE RECORDE DE US\$ 49,6 BI.....	38
GOVERNO QUER PRORROGAR AUXÍLIO EMERGENCIAL ATÉ 2023 SÓ PARA BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA.....	39
BOLSONARO DIZ QUE DETERMINARÁ VOLTA DE BANDEIRA 'NORMAL' PARA AS CONTAS DE LUZ EM NOVEMBRO.....	39
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	40
MINA NO RS TEM LICENÇA TRAVADA POR INFRAÇÃO A REGRAS AMBIENTAIS.....	40
RISCO DE RETROCESSO.....	41
GOVERNO QUER R\$ 20 BI PARA CONSTRUIR USINAS A CARVÃO; BNDES RESISTE.....	42
VALOR ECONÔMICO (SP)	44
EMBARQUES DO AGRO BATEM RECORDE, MAS PESO NA BALANÇA COMERCIAL CAI.....	44
PREÇOS DE FERTILIZANTES SEGUEM EM ALTA; UREIA SUBIU 30% EM SETEMBRO.....	45



NEOENERGIA TEM BOM DESEMPENHO OPERACIONAL EM GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, DIZ CREDIT SUISSE.....	46
MINÉRIO DE FERRO RECUA 0,6% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, PARA US\$ 125,22 A TONELADA.....	46
TCU ALERTA SOBRE 'INCONSISTÊNCIAS' EM DESESTATIZAÇÃO DE DOCAS DO ES.....	47
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	48
AGENDA PORTUÁRIA: SUMMIT PORTOS 5.0 ACONTECE NO DIA 21	48
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	49
SINAVAL LAMENTA FALTA DE POLÍTICA QUE EVITE MIGRAÇÃO DE ENCOMENDAS E EMPREGOS PARA ÁSIA	49
ANTAQ CRIA GRUPO PARA DISCUTIR DISPONIBILIDADE DE CONTÊINERES	50
PETROBRAS AUMENTA EXPORTAÇÃO DO ÓLEO DE BÚZIOS PARA A CHINA	51
SAMSUNG E LG INNOTEK DESENVOLVEM PRIMEIRO ECO GERADOR PARA NAVIOS	51
SECRETÁRIO-GERAL DA ONU AVALIA COMO INSUFICIENTES AS INICIATIVAS PARA DESCARBONIZAÇÃO NO TRANSPORTE	52
CONTRATOS EM REGIME DE PARTILHA PRODUZIRAM 13 MIL BARRIS POR DIA EM AGOSTO	53
LOG-IN TEM AVALIAÇÃO DE RISCO MELHORADA PELA S&P	53
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	54
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	54



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ESTALEIRO DA WILSON SONS, NO PORTO DE SANTOS, RECEBE SEU MAIOR NAVIO

Trabalho de docagem começou em 11 de setembro e terminou no último dia 8
Por: Redação



Embarcação tem 123 metros de comprimento e 22 metros de boca Foto: Divulgação

O estaleiro do Grupo Wilson Sons, em Guarujá, concluiu, neste mês, a docagem do Norsul 11, a maior embarcação que a companhia já recebeu nos 80 anos de história de suas instalações. Com 123 metros de comprimento e 22 metros de boca, o navio transporta

bobinas de aço entre Vitória (ES) e São Francisco do Sul (SC) e pertence à Norsul, empresa brasileira que, além do transporte marítimo, agora está no mercado de logística multimodal.

“É gratificante sermos escolhidos pela Norsul, e é um marco para a companhia receber uma embarcação desse porte”, resalta Adalberto Souza, diretor executivo dos estaleiros da Wilson Sons.

A embarcação é tipo barcaça oceânica e está cumprindo o 3º ciclo de docagem. “A N11 tem 15 anos de vida. Com o percurso dessa embarcação para o transporte das bobinas de aço, tiramos aproximadamente 150 caminhões das estradas por semana”, aponta Leonardo Brum, gerente executivo de Frota da Norsul.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/10/2021

A TRÊS SEMANAS DO INÍCIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS EM SANTOS, ANVISA PEDE PLANO À PREFEITURA

Agência solicitou medidas que garantam segurança dos passageiros e tripulantes de navios contra a covid-19
Por: Bruno Almeida



Prefeitura santista confirmou que formulará e divulgará suas próprias diretrizes nas próximas semanas Foto: Carlos Nogueira/AT

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pediu à Prefeitura de Santos e às administrações municipais das demais cidades brasileiras que receberão cruzeiros marítimos a elaboração de planos com protocolos sanitários que garantam a segurança de passageiros e turistas contra a covid-19. Em contato com A Tribuna, a Prefeitura santista confirmou que formulará e divulgará suas próprias diretrizes nas próximas semanas.

Uma portaria publicada no início de outubro pela Casa Civil da Presidência da República e os ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e da Infraestrutura prevê a liberação dos cruzeiros no País em 1º de novembro, após um ano e meio de suspensão devido à pandemia. No Porto de Santos, a primeira viagem ocorrerá em 5 de novembro.

No mesmo documento, as pastas deixam claro que o Ministério da Saúde deverá divulgar diretrizes e as prefeituras precisarão elaborar um plano de operacionalização.

"A operação de embarcações com transporte de passageiros, nos portos nacionais, fica condicionada à edição de um plano de operacionalização no âmbito do Município e do Estado, que estabeleça as condições para assistência em saúde dos passageiros desembarcados em seus territórios e para execução local da vigilância epidemiológica ativa", diz o texto.

Além disso, em nota divulgada nesta quinta-feira (14), a Anvisa esclareceu que a vacinação completa dos passageiros é parte central para as autorizações, "assim como a necessidade de teste para covid-19 antes do embarque e de testagens periódicas, a bordo, para o monitoramento dos passageiros".

Representantes da agência se reuniram, na quarta-feira (13), com lideranças de associações e de empresas que operam os cruzeiros marítimos no País. A pauta incluiu as medidas para garantir uma temporada segura.

Em resposta enviada para A Tribuna, a Prefeitura de Santos confirmou a participação no encontro virtual promovido pela Anvisa na quarta-feira e disse aguardar detalhes da agência sobre a elaboração do protocolo geral a ser seguido pelos municípios.

Um novo encontro está marcado para a próxima segunda-feira (18) e, segundo a Prefeitura, Santos divulgará o seu protocolo sanitário após a nova manifestação da Anvisa, considerando as peculiaridades da Cidade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/10/2021

FREDERICO BUSSINGER: GOLPE DE MESTREM

"Diferentemente da geometria, em política a menor distância entre dois pontos nem sempre é uma linha reta"

Por: Frederico Bussinger



Foto: Arquivo

Caso-1: Chegar ao norte de Mato Grosso (MT) é sonho antigo da Rumo. Fora abandonado em 2010 quando a ALL devolveu quatro trechos da concessão. Ele foi resgatado em 2016, no contexto da renovação antecipada da Malha Paulista. Antevia-se clima favorável, há um ano, quando a Rumo antecipou à União R\$ 5,1 bi de outorgas. Mas, no início de MAR/21, a notícia de que o Ministério da Infraestrutura (Minfra) poderia licitá-lo jogou por terra a esperança de ter a extensão via aditivo.

Lei estadual, mais ou menos dessa época, regrou ferrovia por autorização em MT. Em julho seu governo lançou "chamamento público" para duas extensões, a partir de Rondonópolis: Cuiabá e Lucas do Rio Verde. Em 3/SET foi apresentada uma única proposta; em 13/SET (habilitada); e em 20/SET a Rumo assinou o contrato.

Funcionalmente, os dois trechos são, na prática, extensões das malhas sob concessão federal. Mas como o Minfra ofereceria resistência à iniciativa, se: i) a RUMO tornou-se "parceira" logo no 1º leilão (da FNS), contribuindo para trazer Minfra e Ministro ao primeiro plano da Esplanada? ii) Se ela antecipou pagamento de outorgas (R\$ 5,1 bi)? iii) Se o Minfra vem sendo o grande promotor do modelo de ferrovias por autorização?

Caso-2: Nessa cruzada, inclusive, encampou o PLS-261/2018; apresentado por um PSDBista (Sen. José Serra/SP) e relatado por um PTista (Sen. Jean Paul Prates/RN). Mesmo assim baixou a MP nº 1.065, de teor similar ao do PLS.

Senadores, ressentidos, cogitaram devolver a MP. O Minfra, então, dobrou a aposta: promoveu cerimônia (2/SET) no Planalto para anunciar o "Pro Trilhos" e já divulgar 10 pedidos de autorização (hoje já são 19).

Se MP e cerimônia tiveram influência, é difícil afirmar. O certo é que a MP não foi devolvida; o PLS foi logo pautado e, em 5/OUT, aprovado pelo Plenário do Senado (com entusiasmado apoio pluripartidário): agora, segue para a Câmara. Ao fim e ao cabo o presidente Rodrigo Pacheco (DEM/MG) conseguiu sair da "sinuca de bico" e o ministro Tarcísio, ter uma andorinha na mão e outra voando.

Caso-3: VLI e depois Rumo, vislumbrando oportunidade para não mais depender da "Ferradura" da MRS (acesso obrigatório ao Complexo Portuário de Santos), se habilitaram para implantar na região "shortlines" (uma impropriedade, pois o conceito não se aplica a trechos ferroviários com funções tão estratégicas).

A perspectiva de três acessos independentes, além de certamente aumentar o imbróglio, já agora na ordem do dia, vai na contramão de experiências articuladoras em Chicago-USA ("Chicago Ring") e no Porto de Rotterdam ("Betuwe Line" e RSC - empresa para organizar as composições de todos os operadores). E, mais amplamente, da Europa, que busca materializar uma política e um plano (TEN-T) para eliminar descontinuidades (de infraestruturas), remover gargalos e fortalecer a coesão continental.

Difícilmente as duas novas "Ferraduras" serão viabilizadas. Mas as iniciativas muito provavelmente: i) levarão a MRS à mesa de negociação; ii) acelerarão a renovação antecipada da MRS; e iii) fortalecerá a ideia de uma malha unificada da Baixada Santista, sob comando unificado: única solução racional e sustentável.

Em síntese, esses três recentes casos indicam que o desenvolvimento da infraestrutura logística brasileira vai muito além de planos nacionais, profusão de dados, algoritmos, elaboradas projeções oraculares, EVTEAs, etc, etc. Lembrando Guimarães Rosa; "há mais coisas no ar que os aviões da Panair".

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 15/10/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

AGÊNCIA REALIZA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO ANTAQ 2021



O Porto de Itajaí (SC) foi o vencedor na modalidade "Maior Índice de Desempenho Ambiental entre os Portos Públicos". Entre os privados, o vencedor foi o Terminal Marítimo Ponta da Madeira (MA)

Eduardo Nery (E) e Fábio da Veiga: premiação para o Porto de Itajaí

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários realizou, na quinta-feira (14), a cerimônia de entrega do "Prêmio ANTAQ 2021" aos vencedores. A premiação

está em sua quarta edição e tem por finalidade reconhecer as iniciativas que se destaquem por

sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transportes aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica e disseminar as boas práticas de operação e gestão do setor.

Neste ano, foram entregues 39 prêmios nas categorias, distribuídos em quatro categorias: Desempenho Ambiental, Conformidade Regulatória, Iniciativas Inovadoras e Artigo Técnico-Científico.

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, lembrou os objetivos da criação do Prêmio ANTAQ: “Com o Prêmio, que já é uma referência no setor de transporte aquaviário nacional, a Agência busca difundir as boas práticas ambientais de portos e terminais portuários, incentivar o atendimento às conformidades regulatórias por autoridades portuárias, terminais de uso privado e empresas que atuam nas navegações marítima e interior, promover a pesquisa e reconhecer os talentos do setor aquaviário”, destacou, ressaltando que o setor regulado contribui para o desenvolvimento do país, com investimentos e geração de emprego e renda.



A representante da empresa J. F. de Oliveira Navegação Ltda. e o diretor Adalberto Tokarski

O diretor da Agência, Adalberto Tokarski, afirmou que “o IDA contribui para que as instalações portuárias busquem cada vez mais atender às conformidades ambientais, promovendo a sustentabilidade nas instalações portuárias públicas e privadas do país”. Segundo Tokarski, com o Prêmio ANTAQ, a Agência estimula ainda o surgimento de novas pesquisas e novos projetos, devido às categorias “Melhor Artigo Técnico-Científico” e “Iniciativas Inovadoras” e, agora também, o atendimento pelos regulados às conformidades regulatórias do transporte aquaviário.

O diretor afirmou, ainda, que a Agência vem trabalhando em defesa da sustentabilidade e da multimodalidade.



Já a diretora da ANTAQ, Flávia Takafashi, ressaltou que a Agência sempre foi reconhecida por trabalhar pela prestação do serviço adequado pelas empresas reguladas. “O Prêmio ANTAQ é uma homenagem àqueles que cumprem as regras, contribuindo para que a Agência faça uma regulação cada vez mais eficiente.”

A diretora Flávia Takafashi e o diretor da Agemar

Durante a solenidade de abertura, o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, também destacou a importância da premiação, do trabalho da Agência e do segmento. “O Prêmio ANTAQ é um fomento e um incentivo à melhoria do setor, à concorrência e ao livre mercado. O setor portuário é fundamental para o nosso comércio exterior e vem crescendo, apesar da pandemia. É um setor resiliente”.

Índice de Desempenho Ambiental

O Índice de Desempenho Ambiental (IDA) foi implementado pela ANTAQ em 2012 e é composto por 38 indicadores relacionados a conformidades legais e de boas práticas em gestão ambiental, saúde e segurança de operações em portos públicos e privados, sendo uma referência no setor aquaviário brasileiro. Para valorizar esse indicador, a Agência realizou a primeira edição do Prêmio ANTAQ, em 2016.

Neste ano, participaram do Prêmio 31 portos públicos e 92 terminais privados. O Porto de Itajaí (SC) foi o vencedor na modalidade “Maior Índice de Desempenho Ambiental entre os Portos

Públicos”. Em segundo lugar, ficou o Porto de Paranaguá (PR) e, na terceira colocação, o Terminal Portuário do Pecém (CE).

Entre os Terminais de Uso Privado - TUP, o grande vencedor da modalidade “Maior Índice de Desempenho Ambiental foi o Terminal Marítimo Ponta da Madeira (MA). Em segundo lugar, ficou o TUP Porto Itapoá Terminais Portuários, de Santa Catarina, e na terceira posição Portonave – Terminais Portuários de Navegantes, também de Santa Catarina.

Para o superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, “fazemos uma gestão que se preocupa com os pequenos detalhes. E estamos focados, sim, na questão ambiental, que é fundamental para a nossa eficiência logística”.

Conforme a gerente de Meio Ambiente do Terminal Marítimo Ponta da Madeira, Marlene da Costa, “nossa premiação consolida um trabalho que vem sendo feito com disciplina operacional e com responsabilidade social e ambiental”.

Na modalidade “Maior Evolução Anual do Índice de Desempenho Ambiental Portos Públicos” da categoria Desempenho Ambiental - IDA, o primeiro lugar foi para o Porto de Natal (RN). Na segunda e terceira posições, ficaram os portos de Angra dos Reis (RJ) e de Recife (PE), respectivamente. Entre os TUPs, o vencedor foi o TMB – Terminal Marítimo de Belmonte (BA), seguido do Terminal Marítimo Ponta Ubu (ES) e do ATEM PVH (RO), na terceira posição.

Entre os indicadores que são avaliados pelo IDA, estão a situação da licença ambiental e a existência de licença de operação, quantidade e qualidade de técnicos no núcleo ambiental, prevenção de riscos, auditoria ambiental, ação de retirada de resíduos de navios, consumo e eficiência no uso de energia, monitoramento da fauna e da flora e planos de contingência de saúde.

Os resultados do IDA têm auxiliado na orientação de políticas setoriais, bem como permitido identificar medidas de gestão bem-sucedidas a serem compartilhadas entre as instalações portuárias, além de terem baseado estudos acadêmicos e técnicos.

Conformidade regulatória

O evento também premiou na categoria “Conformidade Regulatória”. Nessa categoria, 21 empresas foram premiadas em sete modalidades: Navegação Interior, Navegação Marítima e Portos (públicos e privados) ao apresentarem, no quinquênio 2016-2020, as melhores conformidades regulatórias, conforme o novo modelo de perfil de risco da fiscalização da ANTAQ.

Na modalidade “Navegação Interior Longitudinal de Carga”, o vencedor foi a empresa J F de Oliveira Navegação Ltda. Na segunda colocação ficou a Cianport - Cia Norte de Navegação e Porto, e na terceira posição a Transportes Bertolini Ltda. Na modalidade “Navegação Interior Longitudinal de Passageiros e Misto”, o grande vencedor foi a empresa J. Célio Souza Fonseca-ME, seguido da Diniz Navegação Ltda., e da Empresa de Navegação Paiva Leão Ltda. segunda e terceira colocadas, respectivamente. Fechando as modalidades de Navegação Interior, a Amazonas Navegação Ltda. venceu o Prêmio ANTAQ 2021 na modalidade “Navegação Interior de Travessia”, seguida da empresa Zélia Silva Gonçalves – ME e da Valter Júnior Queiroz de Oliveira.

Na modalidade “Navegação Marítima de Cabotagem e Longo Curso”, da categoria “Conformidade Regulatória”, o primeiro lugar foi para Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda. A empresa Lyra Navegação Marítima Ltda. ficou com a segunda posição e a Petrobras Transporte S.A. – Transpetro em terceiro lugar.

Na modalidade “Porto Organizado” da categoria, venceu a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (PR). Na segunda posição ficou a Companhia Docas de São Sebastião (SP), e em terceiro lugar a Companhia Docas da Paraíba (PB).

Na modalidade “Arrendamento”, ficaram em primeiro, segundo e terceiro lugares o TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá, Vale S/A. e Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., respectivamente. VALE S.A. - Terminal da Ilha Guaíba – (TIG) em primeiro, lugar, seguido da VALE S.A. - Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e da Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. foram os melhores na modalidade “Terminal Privado”.

Iniciativas Inovadoras/Artigo

Na categoria “Artigo Técnico-Científico”, o vencedor entre os 16 artigos inscritos nesta edição foi Carlos César Ribeiro Santos, que escreveu o trabalho “Uma Análise Comparativa do Transporte Marítimo Brasileiro por Cabotagem Utilizando a Teoria de Redes”. Em segundo lugar, ficou o artigo de Maurício Andrade Rambo, intitulado “Modelo Multicritério de Avaliação para Apoiar o Planejamento da Criação de um Selo de Qualidade da Movimentação de Cargas pelos Portos Terminais do Estado de Santa Catarina”. Luiz Gustavo Cruz Henriques da Silva obteve a terceira colocação com o artigo “Metodologia de Identificação e Gerenciamento de Riscos em Projetos de Dragagem Portuária: um estudo de caso em um porto brasileiro”.

Na categoria “Iniciativas Inovadoras”, venceu o trabalho intitulado “Aumento do Porte dos Navios nos Portos do Amapá – Parceria e diálogo em prol da eficiência portuária”, elaborado pela Praticagem do Amapá, Plataforma Logística do Amapá e Tanque de Provas Numérico da USP. Em segundo lugar ficou o projeto “Sistema Neutralizador de Odores no Embarque de Cargas Vivas”, elaborado pelo Pronave Agentes de Comércio Exterior. E o terceiro lugar foi para o trabalho “Remoção de Rocha Submersa através de Corte com Fio Diamantado em Canais de Acesso Hidroviários”, produzido pelo Porto Sudeste do Brasil e UMI SAN. Nesta categoria concorreram 18 trabalhos.

Premiados

CATEGORIA DESEMPENHO AMBIENTAL – IDA

Modalidade Maior Índice de Desempenho Ambiental 2020 - Portos Públicos

- 1º – Porto de Itajaí
- 2º – Porto de Paranaguá
- 3º – Terminal Portuário do Pecém

Modalidade Maior Índice de Desempenho Ambiental 2020 - TUP

- 1º – Terminal Marítimo Ponta da Madeira
- 2º – Porto Itapoá Terminais Portuários
- 3º – Portonave - Terminais Portuários de Navegantes

Modalidade Maior Evolução Anual 2020 - Portos Públicos

- 1º – Porto de Natal
- 2º – Porto de Angra dos Reis
- 3º – Porto de Recife

Modalidade Maior Evolução Anual 2020 - TUP

- 1º – Terminal Marítimo de Belmonte - TMB
- 2º – Terminal Marítimo Ponta Ubu
- 3º – Atem PVH

CATEGORIA: CONFORMIDADE REGULATÓRIA



Navegação Interior Longitudinal de Carga

- 1º – J F de Oliveira Navegação Ltda.
- 2º – Cianport - Cia Norte de Navegação e Porto
- 3º – Transportes Bertolini Ltda.

Navegação Interior Longitudinal de Passageiros e Misto

- 1º – J. Célio Souza Fonseca - ME
- 2º – Diniz Navegação Ltda.
- 3º – Empresa de Navegação Paiva Leão Ltda.

Navegação Interior de Travessia

- 1º – Amazonas Navegação Ltda.
- 2º – Zélia Silva Gonçalves - Me
- 3º – Valter Júnior Queiroz De Oliveira

Navegação Marítima de Cabotagem e Longo Curso

- 1º – Agemar Transportes E Empreendimentos Ltda.
- 2º – Lyra Navegação Marítima Ltda.
- 3º – Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Porto Organizado

- 1º – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
- 2º – Companhia Docas de São Sebastião
- 3º – Companhia Docas da Paraíba

Arrendamento

- 1º – TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá
- 2º – Vale S/A.
- 3º – Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Terminal Privado

- 1º – Vale S.A. Terminal da Ilha Guaíba
- 2º – Vale S.A. Terminal Marítimo de Ponta da Madeira
- 3º – Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.

CATEGORIA: ARTIGO TÉCNICO-CIENTÍFICO

1º – Uma análise comparativa do transporte marítimo brasileiro por cabotagem utilizando a Teoria de Redes (Carlos César Ribeiro Santos, Hernane de Borges Barros Pereira e Marcelo do Vale Cunha)

2º – Modelo multicritério de avaliação para apoiar o planejamento da Criação de um selo de qualidade da movimentação de cargas pelos portos e terminais do Estado de Santa Catarina (Maurício Andrade Rambo e Ademir Dutra)

3º – Metodologia de identificação e gerenciamento de riscos em projetos de dragagem portuária: um estudo de caso em um porto brasileiro (Luiz Gustavo Cruz Henriques da Silva; Fernanda Araújo e Felipe Ruggeri)

CATEGORIA: INICIATIVAS INOVADORAS

1º – Aumento do porte dos navios nos portos do Amapá – parceria e diálogo em prol da eficiência portuária (Praticagem do Amapá, Plataforma Logística do Amapá e Tanque de Provas Numérico da USP)

2º – Sistema neutralizador de odores no embarque de cargas vivas (Pronave Agentes de Comércio Exterior)

3º – Remoção de rocha submersa através de corte com fio diamantado em canais de acesso hidroviários (Porto Sudeste do Brasil e UMI SAN).

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 15/10/2021



DIÁRIO DO LITORAL – SP

DEFESA CIVIL ALERTA PARA TEMPESTADES A PARTIR DESTA SEXTA NA BAIXADA SANTISTA

A previsão é válida de sexta-feira (15) até terça-feira (19). Órgão recomenda cautela
Por Da Reportagem17h17



Forte chuva deve atingir a Baixada Santista
Foto: Agência Brasil

A Defesa Civil do Estado de São Paulo emite alerta de chuvas intensas, acumulados elevados, com riscos de deslizamentos, para os próximos dias em todo o Estado de São Paulo. A previsão é válida de sexta-feira (15) até terça-feira (19).

As regionais mais vulneráveis serão: Araçatuba, Araraquara, Baixada Santista, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Presidente

Prudente, Região Metropolitana da Capital, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Serra da Mantiqueira, Sorocaba, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e todo o Litoral Paulista.

Por conta deste cenário meteorológico, faz-se necessário orientar a população sobre o risco de tempestades e das medidas preventivas que elas devem adotar para reduzir os danos materiais e humanos.

- Afaste-se de aparelhos e objetos ligados à rede elétrica, como TVs, geladeiras e fogões;
- Afaste-se de janelas, tomadas, torneiras, canos elétricos e evite tomar banho.
- Nunca atravesse uma via com água ou lama de deslizamento fluindo;
- Diante do aparecimento de fendas e rachaduras nas paredes ou de qualquer sinal de deslizamento, abandone o local imediatamente e procure abrigo fora da área de risco.

Em casos de emergência, acione a Defesa Civil pelo telefone 199, ou também os Bombeiros (193) e a Polícia Militar (190). Para mais informações sobre como se prevenir visite o site spalerta.sp.gov.br.

Alertas no celular e na TV

A Defesa Civil do Estado envia alertas gratuitamente por SMS com informações em tempo real sobre chuvas fortes e alagamentos. Basta cadastrar o número enviando seu CEP para 40199. É possível acompanhar avisos de ocorrências também pelo perfil @defesacivilsp no Twitter.

Desde 28 de outubro, clientes de TV por assinatura recebem mensagens de alertas de desastres naturais, na iminência de eventos como alagamentos, enxurradas, deslizamentos de terra, vendavais e chuvas de granizo.

As mensagens aparecem em formato de um pop-up (imagem sobreposta à tela) com tempo de exposição de 10 segundos. Não é necessário se cadastrar para receber as notificações de emergência pela TV paga. Há opção de o assinante fechar o pop-up se desejar.

Fonte: Diário do Litoral - SP

Data: 14/10/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PASSAGEIROS DEVEM ESTAR TOTALMENTE IMUNIZADOS NAS VIAGENS DE CRUZEIROS

Informação: Santaportal (15 de outubro de 2021)



Foto por: Divulgação

Os ministros da Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e da Infraestrutura editaram portaria interministerial (Portaria nº 658/2021) que traz novas regras sobre fronteiras. Entre outros aspectos, a portaria estabelece condições para retomada dos navios de cruzeiros no Brasil, que deve ocorrer exclusivamente em águas jurisdicionais

brasileiras.

Conforme o ato conjunto dos ministros, a retomada fica condicionada à edição prévia de Portaria pelo Ministério da Saúde, que deve dispor sobre o cenário epidemiológico e definir as situações consideradas surtos de Covid-19 em embarcações e as condições para o cumprimento da quarentena de passageiros e de embarcações.

Ainda de acordo com a portaria, caberá aos municípios impactados pelas operações de cruzeiros apresentar um plano local de operacionalização e à Anvisa dispor, por ato próprio, sobre os protocolos sanitários nessas embarcações.

Desde a publicação da Portaria nº 658/21, a Anvisa vem discutindo os protocolos sanitários a serem adotados no âmbito dos navios de cruzeiros e realizou nesta quarta-feira (13/10) reunião com representantes de associações e de empresas que operam os cruzeiros marítimos no país.

Durante o encontro, a Anvisa apresentou os critérios técnicos para elaboração da proposta e realizou consulta dirigida com o objetivo de colher contribuições e impressões do setor. Os detalhes do protocolo foram apresentados às empresas de cruzeiros como parte do processo de discussão das regras sanitárias que serão definidas para atender a Portaria Interministerial 658/2021.

Entre as principais questões debatidas, a Anvisa antecipou que a vacinação completa para passageiros que sejam elegíveis a utilizar as vacinas constitui aspecto central do protocolo

discutido pela Agência, assim como a necessidade de teste para Covid-19 antes do embarque e de testagens periódicas, a bordo, para o monitoramento dos passageiros durante a viagem. Os protocolos em discussão envolvem ainda a triagem para embarque, o permanente monitoramento, regras de saúde a bordo, lotação, quantidade reduzida de cabines, entre outros aspectos.

A Agência reiterou, na reunião, sua manifestação no sentido de que a retomada da atividade – em vista dos riscos associados, e mesmo com a adoção de protocolos sanitários rígidos – está condicionada à avaliação do cenário epidemiológico, logo, depende necessariamente de tal análise e não é automática.

A proposta completa da Anvisa ainda será publicada pela Agência e deverá ser submetida à avaliação da Diretoria Colegiada da Anvisa. A Anvisa também apresentará, nos próximos dias, os protocolos em discussão na agência ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e aos representantes dos municípios impactados pela operação de cruzeiros.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/10/2021

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O III CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO

Informação: Santaportal (15 de outubro de 2021)

O terceiro Congresso de Direito Marítimo e Portuário, que irá avaliar o passado, discutir o presente e, por ele, traçar estratégias para o Porto de Santos, está com inscrições abertas. O evento, iniciativa da Associação Brasileira do Direito Marítimo (ABDM), será realizado pela Unisanta e Sistema Santa Cecília de Comunicação, nos dias 4 e 5 de novembro, no Sheraton Santos Hotel.



Os ingressos custam entre R\$ 50,00 e R\$ 250,00. No entanto, alunos de Direito da Unisanta não pagam. Existe a possibilidade de acompanhar o evento presencial ou de forma virtual.

Clique para garantir sua inscrição

https://www.sympla.com.br/iii-congresso-brasileiro-de-direito-maritimo-e-portuario-da-abdm_1372292

O Congresso irá reunir especialistas, autoridades e profissionais da cadeia produtiva portuária. De acordo com o advogado Marcelo Sammarco, embora seja um congresso de direito marítimo e portuário, o evento terá uma abrangência maior do que isso.

“O evento vai ter uma discussão bastante ampla que envolve aspectos jurídicos, mas tem operacionais e comerciais do segmento marítimo e portuário”, explica. Serão oito painéis, quatro no primeiro dia e quatro no segundo.

As atividades serão realizadas em formato híbrido. No auditório serão 150 lugares disponíveis, e, simultaneamente, será feita a transmissão ao vivo de forma online para quem não puder acompanhar presencialmente, por conta da covid-19 ou pela distância.

Confira a programação completa abaixo

**** Programação sujeita a alterações ****

1º dia (04/11)



08h30 – Credenciamento

09h00 – Abertura

09h30 – 1º Painel: Entraves logísticos decorrentes da Pandemia

- Presidente de Mesa: João Paulo Braun – Advogado
- Moderador: Jacqueline Wendpap – Assessora no Senado Federal

Debatedores:

- Claudio Loureiro – Diretor Executivo do Centronave
- Robert Grantham – Consultor na Solve Shipping
- Nívio Peres dos Santos – Presidente da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros e do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos

11h00 – Intervalo

11h15 – 2º Painel: Responsabilidades do Agente Marítimo e Súmula 185 do CARF

Presidente de Mesa: Luciana Marques de Freitas Rodrigues – Advogada
Moderador: Cristina Wadner – Advogada

Debatedores:

Dr. Frederico Messias – Juiz Titular da 4ª Vara Cível de Santos
Marcelo Machado Ene – Assessor Jurídico do SINDAMAR
Francisco Morais Silva – Assessor Jurídico da FENAMAR
Solon Sehn – Advogado

12h30 – Almoço livre

14h00 – 3º Painel: Estabilidade Regulatória e Segurança Jurídica no Segmento Marítimo e Portuário

Presidente de Mesa: Paulo Oliveira – Advogado
Moderador: Luis Cláudio Santana Montenegro – Consultor Portuário

Debatedores:

- Flavia Takafashi – Diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
- Ricardo Arten – CEO Brasil Terminal Portuário S/A
- Cesar Mattos – Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados
- Cassio Lourenço Ribeiro – Advogado

15h30 – coffee break

16h00 – 4º Painel: Desafios no Processo de Desestatização do Porto de Santos

- Presidente de Mesa: Marcelo Sammarco – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM)
- Moderador: Casemiro Tércio Carvalho – Diretor de Assuntos Portuários no Sistema Santa Cecília de Comunicação

Debatedores:



- Diogo Piloni – Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários no Ministério da Infraestrutura
- Eduardo Nery – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
- Fernando Biral – Presidente da Santos Port Authority (SPA)
- Regis Prunzel – Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP)

18h00 Encerramento do 1º dia de programação

18h30 Coquetel de confraternização exclusivo para autoridades, debatedores, patrocinadores e público inscrito no formato presencial

2º dia (05/11)

09h00 – Palestra Especial: Imprescindibilidade ou não do OGMO na contratação de trabalhador avulso.

- Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos – Tribunal Superior do Trabalho (TST)

10h00 – 5º Painel: Relações de Trabalho nas Atividades Marítimas e Portuárias

- Presidente de Mesa: Rodrigo Zanethi – Advogado
- Moderador: Thiago Robles – Gerente Jurídico do OGMO-Santos

Debatedores:

- Desembargador Celso Peel – Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região
- Dra. Flávia Oliveira Veiga Bauler, Procuradora do Trabalho Coordenadora Nacional da Coordenadoria do Trabalho Portuário e Aquaviário – CONATPA do Ministério Público do Trabalho
- Sérgio Aquino – Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)
- Gislaine Heredia – Consultora Jurídica no Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP)

11h00 – 6º Painel: Cyber Risks no Segmento Marítimo e Portuário

- Mesa: Carlos Augusto Cabral – Sócio na Representações Proinde Ltda.
- Moderador: Werner Braun Rizk – Advogado

Debatedores:

- Dra. Luciana Fuschini Nave – Delegada Chefe da Polícia Federal em Santos
- Leandro Bissoli – Advogado
- Fabiana Morgante de Alencar – IT Manager no Brasil Terminal Portuário S/A

12h30 – Almoço livre

14h00 – 7º Painel: Oil & Gas e Atividade Offshore

- Presidente de Mesa: Lucas Leite Marques – Advogado
- Moderador: Maria Cristina Gontijo – Advogada

Debatedores:

- Bianca Soares – Diretora Jurídica na Subsea 7

- Dr. Fernando Reverendo Vidal Akaoui – Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo e Coordenador Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Santa Cecília

15h30 – coffee break

16h00 – 8º Painel: Ratificação de Convenções Internacionais pelo Brasil

- Presidente de Mesa: Luís Felipe Galante – Presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM)
- Moderador: Daniella Castro Revoredo – Advogada

Debatedores:

- Profª Dra. Eliane Octaviano Martins – Diretora da Maritime Law Academy
- Representante SEC-IMO
- Representante Itamaraty

18h00 – Encerramento do evento

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/10/2021

PORTO DE ANGRA VOLTA A RECEBER CARGA PARA EXPORTAÇÃO

Fonte: Prefeitura Municipal Angra dos Reis/RJ (15 de outubro de 2021)



1.700 toneladas de tubulação serão descarregadas, em uma ação da empresa Vallourec – Foto: Prefeitura Angra dos Reis/RJ

A economia do município iniciou esta quarta-feira (13) com uma ótima notícia. O Porto de Angra, administrado pela empresa Splenda, voltou a receber cargas. A primeira carreta com tubos de aço vindos de Minas Gerais para exportação chegou à cidade nesta manhã.

A conquista foi fruto de um trabalho conjunto envolvendo a Prefeitura de Angra, sob o comando do prefeito e do secretário de Governo, trabalhadores portuários, a empresa arrendatária do porto e a Câmara Municipal.

– Iniciamos este trabalho em fevereiro. Estávamos há muitos anos sem receber carga e esta ação representa a retomada da movimentação no porto, uma grande conquista para os trabalhadores e a economia da nossa cidade – avaliou o secretário de Desenvolvimento Econômico.

Ao todo, o Porto de Angra receberá da empresa Vallourec 1.700 toneladas de tubos de aço, em uma ação experimental. O negócio foi viabilizado em função da redução das tarifas acordada entre a Splenda e os trabalhadores. As diárias dos portuários passaram de R\$ 160 para R\$ 120, e a taxa de produção de R\$ 0,51 para R\$ 0,40.

– Meu pai sempre dizia que quando o porto vai bem, a cidade vai bem. Temos em Angra mão de obra altamente qualificada de trabalhadores portuários e vamos continuar lutando para trazer ainda mais movimentação para o setor – garantiu o prefeito.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/10/2021

ANTT DEFINE PROCEDIMENTOS PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL E MULTIMODAL DE CARGAS

Informação: ANTT (15 de outubro de 2021)



Norma passa a vigorar a partir de 1º/11 – Foto: Divulgação/ANTT

A Agência Nacional de Transportes publicou, no Diário Oficial da União de hoje (14/10), a Portaria nº 487/21, que define procedimentos operacionais a serem observados na análise e processamento de requerimentos de habilitação relacionados ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC e à atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM. A Portaria tem vigência a partir de 1º de

novembro de 2021.

Com essa norma, pretende-se conferir maior eficiência e previsibilidade quanto ao tratamento dos pedidos do TRIC e do OTM pelas empresas interessadas.

Visando facilitar a compreensão das disposições da portaria, bem como agilizar o atendimento às demandas, a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas (Suroc/ANTT) orientará os usuários sempre que for identificada a necessidade de ajustes nos requerimentos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/10/2021

MAERSK FAZ TERCEIRO INVESTIMENTO INICIAL EM POTENCIAL COMBUSTÍVEL FUTURO

Fonte: The Maritime Executive (15 de outubro de 2021)

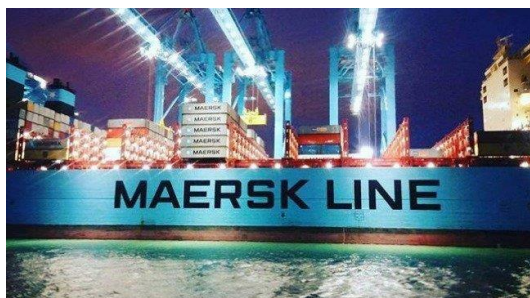


Foto: The Maritime Executive

Pela terceira vez em apenas dois meses, a AP Moller – Maersk, a empresa-mãe da gigante da navegação, investiu em uma empresa de desenvolvimento trabalhando em combustíveis alternativos como parte dos esforços da empresa para se tornar líder na descarbonização da indústria naval. Esses investimentos, feitos por meio da Maersk Growth, o segmento de empreendimentos corporativos da empresa, destacam a adição da categoria de combustíveis verdes como um tema de subinvestimento adicional sob o guarda-chuva geral de investimentos da cadeia de suprimentos da empresa.

A Maersk espera que vários tipos de combustível existam lado a lado no futuro e, neste estágio, está buscando investimentos em vários caminhos para alcançar a futura transição de combustível. A empresa relata que identificou quatro caminhos potenciais de combustível para descarbonização, com foco em biodiesel, álcoois, amônia e álcoois enriquecidos com lignina.

O mais recente investimento é em uma start-up holandesa Vertoro, que está focada no desenvolvimento de tecnologia de lignina líquida que pode ser usada como combustível naval. A Maersk Growth está fazendo um investimento minoritário que será usado para desenvolver e comercializar a tecnologia de lignina líquida patenteada da Vertoro.

“Consideramos a Vertoro uma start-up líder no espaço sustentável de biomassa para líquidos e estamos entusiasmados em investir na empresa e nos tornarmos parte dos esforços para aumentar a produção de combustíveis verdes com eficácia”, disse Peter Votkjaer Jorgensen, um parceiro da Maersk Growth. “Além disso, acreditamos que podemos oferecer valor além do capital por meio da experiência e escala da organização Maersk mais ampla.”

Fundada em 2017, a Vertoro produz lignina líquida exclusivamente a partir de resíduos florestais e agrícolas de origem sustentável por meio de um processo termoquímico patenteado. Como o óleo

fóssil, a lignina líquida pode ser usada como uma plataforma para aplicações de combustível, produtos químicos e materiais. A Vertoro planeja construir uma planta de demonstração, que entrará em operação em 2022. A produção dessa planta será usada para desenvolver combustíveis navais em parceria com a Maersk, bem como outras aplicações para os mercados de materiais e produtos químicos.

“Nosso objetivo é oferecer produtos competitivos e sustentáveis para clientes que se preocupam com os custos e com o meio ambiente em todo o mundo”, disse Michael Boot. Co-fundador e CEO da Vertoro. Ele disse que a empresa está usando um “modelo inspirado em disruptores simples em outras indústrias que hoje estão entre as mais lucrativas em seu setor. Este investimento nos deixará mais perto de atingir essa meta em estreita cooperação com nossa equipe comprometida, nossos investidores e nossos parceiros.”

O investimento na Vertoro é o terceiro investimento em potenciais tecnologias de combustível futuro feito pela Maersk Growth em menos de dois meses. Em setembro, eles investiram na WasteFuel, uma start-up focada em transformar resíduos em combustível de aviação sustentável, bio-metanol verde e gás natural renovável. O outro investimento é na Prometheus, que está desenvolvendo uma tecnologia de captura direta de ar para permitir eletrocombustíveis de baixo custo e neutros em carbono.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/10/2021

TRILHOS DA FIOI SÃO ENTREGUES E RECEBEM CERTIFICAÇÃO TÉCNICA NO PORTO DE SALVADOR

Fonte: CODEBA (15 de outubro de 2021)



Foto: Ascom Codeba

Na tarde de quinta-feira (14), o corpo diretivo da Companhia das Docas da Bahia – CODEBA e a diretoria da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, representando o Ministério da Infraestrutura, juntamente com diretoria do TECON Salvador participaram da solenidade que marcou o início dos trabalhos para a certificação técnica e entrega final do lote de trilhos, das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOI. O evento aconteceu durante a operação de descarga dos trilhos, no Cais de Ligação do

Porto de Salvador, que ocorre desde sábado (09).

No Porto, as autoridades acompanharam a descarga dos trilhos e atividades de inspeção, para viabilizar a liberação do transporte ao destino final. “A FIOI representa a geração de milhares de empregos diretos, concretização de novos negócios e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social da Bahia e da Região Nordeste. Pode ser o primeiro passo para a reintegrações dos portos baianos com a malha ferroviária brasileira”, afirmou o diretor-presidente da CODEBA, Carlos Autran Amaral.

O navio Pretty Universe atracou com 20.035 toneladas de carga, (27.827 peças), o equivalente a 167 km de ferrovia. As peças são destinadas ao trecho 2, que liga os municípios de Caetitê e Barreiras, na Bahia (485km). A previsão do Governo Federal é para a entrega desse 2º trecho em 2022. Outros dois navios, com remessas de trilhos para a obra, estão previstos para chegar em novembro e dezembro ao Porto de Salvador. Um deles já está a caminho da Baía de Todos-Santos. “O Tecon Salvador tem expertise na operacionalização das chamadas cargas de projeto, com medidas de proporções gigantes e que exigem equipe especializada e infraestrutura de ponta, explica Demir Lourenço, diretor executivo do Terminal de Contêineres.

A FIOI, construída pela VALEC, terá um total de 1.527 km, (cerca de 1.400 km em solo baiano) ligando o futuro Porto Sul, na região de Ilhéus, ao município de Figueirópolis (TO), onde se

conectará com a Ferrovia Norte-Sul e o restante do país. “A ferrovia já está preparada para receber esses insumos, o que vai agilizar a entrega desse importante trecho ferroviário”, afirmou o presidente da Valec, André Kuhn.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/10/2021



REVISTA CARGO

LEIXÕES TORNA-SE O PRIMEIRO PORTO 5G EM PORTUGAL, FRUTO DA PARCERIA ENTRE NOS E APDL

A NOS e a APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo apresentaram o Primeiro Porto 5G em Portugal – o Porto de Leixões, um dos grandes bastiões portuários e logísticos do país, tornou-se a primeira infraestrutura portuária a entrar na era 5G.

Leixões terá incrementos em termos de competitividade, eficiência e segurança



Este marco histórico tem fundações no ano de 2019, altura em que Matosinhos se tornou num laboratório vivo de inovação, em sintonia com a NOS, tornando a cidade mais inteligente e aplicando a tecnologia 5G a projetos que contribuam para o “aumento da sua eficiência e competitividade em diversas áreas, nomeadamente na da indústria”, explicou, através de um comunicado, a administração portuária.

Integralmente coberto com a quinta geração de redes móveis da NOS, o Porto de Leixões poderá agora contar com significativos “incrementos em termos de competitividade, eficiência e segurança na gestão desta importante infraestrutura nacional”, venceu a APDL, puxando dos galões para lembrar que Leixões é o “principal porto exportador do país em carga contentorizada e globalmente, contribui para 7% do emprego em Portugal e 6% do PIB nacional”. Em 2020, e mesmo com o efeito da pandemia, o porto de Leixões movimentou cerca de 17,1 milhões de toneladas.

Drones 5G cruzarão os céus do porto

A parceria com a NOS vai permitir à APDL monitorizar estas complexas operações com recurso a Drones 5G, equipados com câmaras capazes de transmitir, em tempo real, imagens de vídeo em alta qualidade para a sala de controle. Os Drones 5G estão preparados para ser equipados com sensores ambientais, de ruído e qualidade do ar, capazes de medir os impactos de cada operação em tempo real e diretamente no local.

“Com estes meios de monitorização remotos, tanto o centro de operações, como os pilotos dos navios podem acompanhar um conjunto de manobras de maior risco, aumentando simultaneamente a capacidade para realizar inspeções no local, com maior frequência, flexibilidade e segurança bem como permitir um apoio fundamental na gestão à resposta e mitigação em caso de incidentes”, disse a APDL.

Realidade aumentada e digital twins em análise



As equipes da NOS e da APDL estão também a estudar a melhor forma de tirar partido da realidade aumentada e tecnologia de gêmeo digital (já aqui analisada pela Revista Cargo) para tornar os processos de manutenção de maquinaria e logística mais eficientes, implementando IoT (Internet das Coisas) de sensorização para saber em tempo real a localização e estado de todos os ativos.

Recorde-se que a tecnologia 5G promete ser o “principal acelerador da 4ª revolução industrial”, declara a APDL. Através das suas elevadas velocidades, latências hiper-reduzidas e ligações massivas, a quinta geração de comunicações móveis “vai contribuir para alavancar um conjunto de relevantes use cases e trazer novas aplicações que prometem mudar a forma como as empresas trabalham e a sociedade funciona”, assegura a APDL.

Fonte: Revista Cargo

Data: 15/10/2021



COMEX DO BRASIL - DF

LOURÃO E TEREZA CRISTINA CONSIDERAM SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA INDISSOCIÁVEIS NA RELAÇÃO BRASIL-CHINA

Por Equipe Comex do Brasil -14 de outubro de 20210



Rio de Janeiro – Sustentabilidade e tecnologia são temas indissociáveis, que estarão cada vez mais presentes na relação entre Brasil e China, avaliaram autoridades e especialistas que participaram nesta quinta-feira (14), da apresentação do documento “Sustentabilidade e Tecnologia como Bases para a Cooperação Brasil-China”, elaborado pelo Conselho Empresarial Brasil-China. Participantes das discussões também concluíram que a maior integração financeira entre os dois países é inevitável e trará benefícios como redução de custos e facilitação de negócios.

“A sustentabilidade tornou-se requisito essencial do pacto geracional no século XXI, ditando novos rumos para o desenvolvimento científico e tecnológico em setores como energia, transportes, produção industrial, uso da terra, da água e da biodiversidade. A evolução do contexto mundial e a necessária atualização da agenda bilateral exigirão a incorporação de novos elementos para a cooperação em matéria de tecnologia e sustentabilidade”, declarou o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, em discurso proferido na cerimônia de abertura do evento.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi na mesma linha em seu pronunciamento: “É por meio da ciência, tecnologia e inovação que iremos continuar como protagonistas do agronegócio sustentável e moderno. Por isso, concordo com a visão do CEBC de que sustentabilidade e tecnologia devem ser as bases para o contínuo desenvolvimento desta relação estratégica”. Em sua opinião, o fato de as propostas contidas no documento terem sido resultado de amplo debate entre empresas e associações que integram o CEBC as torna ainda mais legítimas e pertinentes.

“Tecnologia e sustentabilidade para nós são indissociáveis. Você de fato só conseguirá reduzir emissões, ter melhor aproveitamento dos recursos naturais e aumento da produtividade em geral se você tiver investimentos em inovação. Essa é a mola que permitirá que nós consigamos atingir

nossas metas de redução de emissões”, observou o secretário especial adjunto de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, João Rossi, em painel que discutiu as propostas do CEBC para “Tecnologia, inovação e integração financeira”, moderado por Marcos Caramuru, ex-embaixador do Brasil na China e membro do Comitê Consultivo do CEBC.

Na interseção entre finanças e sustentabilidade, Rossi disse que a China propôs recentemente ao Brasil a assinatura de um memorando de entendimento sobre investimentos em desenvolvimento verde. Segundo ele, o assunto está sendo analisado pelo Comitê Nacional de Investimentos (Coninv), que é presidido pelo Ministério da Economia. “Essa proposta do lado chinês está sendo avaliada por nós e a gente acha que é por aí que vamos conseguir ampliar as oportunidades de investimentos dos dois lados”, ressaltou.

Rossi mencionou um outro memorando que está sendo discutidos entre ambos os países no âmbito dos bancos centrais, para permitir que instituições financeiras tenham acesso a linhas de financiamento em yuans, a moeda chinesa, ofertadas pelo banco central do país asiático. Sua avaliação é que as conversas estejam concluídas até o fim do ano.

A maior integração financeira entre os dois países foi considerada inevitável por participantes do painel, que a veem como resultado da intensificação das relações comerciais e de investimentos bilaterais. “Do ponto de vista financeiro, é natural que aconteça maior integração, com desenvolvimento de instrumentos financeiros sofisticados e presença de instituições financeiras chinesas aqui e vice-versa”, ressaltou Jorge Arbach, professor de economia da Universidade de Brasília e membro do Comitê Consultivo do CEBC, que atuou como mentor na elaboração de propostas do CEBC para tecnologia e inovação.

No documento divulgado nesta quinta-feira, o CEBC propôs a possibilidade de uso de moeda local nas transações de comércio e investimentos entre Brasil e China, o que exigiria o estabelecimento de uma clearing de real a yuans no Brasil.

Em linha do que foi proposto pelo CEBC, Thatyanne Gasparotto, diretora da Climate Bonds Initiative para a América Latina, defendeu a necessidade de harmonização de critérios para que o Brasil possa se beneficiar da demanda por títulos verdes da China. “O mercado de capitais é global, a busca de capital vai ser global e não faz sentido que eu tenha vários critérios diferentes”, ressaltou Gasparotto no painel “Sustentabilidade e oportunidades da agenda de baixo carbono”, moderado pela diretora de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Lígia Dutra.

Marcos Jank, professor de Agronegócio Global do Insper e membro do Comitê Consultivo do CEBC, avaliou que as questões climáticas e de sustentabilidade estarão cada vez mais presentes na visão de Pequim sobre a agricultura. “A exemplo dos europeus, eu acredito que os chineses deverão adotar a medida de proibição do desmatamento no uso da terra, o que para o Brasil atingirá particularmente o setor de soja no cerrado e a agropecuária de corte.”

A questão do desmatamento também foi abordada pelo CEO da Klabin, Cristiano Teixeira, que disse ver com ceticismo os esforços atuais de contenção do aumento da temperatura da Terra em até 1,5°C. “[Temos que] acabar com o desmatamento ilegal imediatamente. Não há possibilidade de esperar nem mais um dia, dada a emergência climática”, afirmou.

O vice-presidente observou que a divulgação das propostas do CEBC para a relação bilateral ocorre em um momento oportuno, já que antecede a realização da 6ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), marcada para o primeiro trimestre de 2022. Presidida por Mourão e pelo vice-presidente chinês, Wang Qishan, a COSBAN é o principal mecanismo de diálogo bilateral. O CEBC espera que muitas das propostas apresentadas no documento “Sustentabilidade e Tecnologia como Bases para a Cooperação Brasil-China” sirvam de subsídios à COSBAN e à elaboração de políticas públicas para a relação bilateral.

Documento do CEBC: <https://bit.ly/3DIpvNu>

Discurso do vice-presidente: <https://bit.ly/3mWdRYv>

Discurso da ministra da Agricultura: <https://bit.ly/3FX5yon>

Discurso do secretário-geral do Itamaraty: <https://bit.ly/3j1X7hx>

(*) Com informações do CEBC

Fonte: *Comex do Brasil- DF*

Data: 15/10/2021

BRASIL ESTÁ PRONTO PARA DAR OS PRÓXIMOS PASSOS E SE TORNAR MEMBRO PLENO DA OCDE, DIZ PAULO GUEDES

Por Equipe Comex do Brasil -15 de outubro de 20210



Foto: Agência Brasil/Marcos Correa/PR

Brasília – A acessão do Brasil à condição de membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o reconhecimento da importância do apoio do país para o entendimento sobre tributação internacional e seu engajamento na agenda de crescimento verde foram os principais temas abordados na reunião entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário-geral da organização, Mathias Cormann, na última

quarta-feira (13), em Washington, nos Estados Unidos.

Na reunião, o ministro Paulo Guedes reforçou que o Brasil está pronto para dar os passos necessários em direção à sua acessão como membro pleno. O Brasil já aderiu a 100 dos 247 instrumentos legais da OCDE e solicitou adesão a outros 46 instrumentos legais. O país tem trabalhado especialmente para a adesão aos instrumentos da OCDE voltados à melhoria do ambiente para Serviços Ambientais.

Paulo Guedes reiterou na reunião que o Brasil valoriza as sinalizações e indicações recentes de engajamento feitas pelos principais membros e pelo secretário-geral relacionadas ao processo de acessão de novos membros, com o Brasil entre os principais.

A condição de membro pleno da OCDE possibilita aprimoramento dos marcos regulatórios e do ambiente de negócios, aumentando a capacidade de atração de investimentos. Na avaliação do governo brasileiro, a aceitação do país como membro pleno também representa uma oportunidade para a OCDE, no sentido de que ela passará a contar com a contribuição de uma grande economia emergente, enriquecendo debates e decisões. O Brasil, ao ter aprovada sua candidatura, será o único país do mundo a ser, ao mesmo tempo, membro-pleno da OCDE, do G20 e do Brics.

Tributação internacional

No que diz respeito à tributação internacional, um dos pontos destacados por Paulo Guedes foi o acordo, ocorrido no âmbito do Quadro Inclusivo G20/OCDE, na sexta-feira (8/10), voltado à solução de desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia. Participaram desse debate representantes de 140 países. A proposta aprovada contém os princípios gerais da nova tributação e o compromisso do estabelecimento de um imposto corporativo mínimo global.

O acordo tem dois pilares: realocação de parcela do lucro pertencente a empresas multinacionais e fortalecimento da capacidade dos países de tributar lucros não tributados pelos outros países. O ministro Paulo Guedes classificou o acordo como “histórico”, capaz de entregar um sistema tributário eficaz e mais equitativo, e classificou como “decisiva” a contribuição do Brasil para a chegada ao entendimento.

Economia verde

Em relação às iniciativas no âmbito da agenda de crescimento verde, o ministro destacou a Cédula de Produto Rural (CPR) Verde, lançada em outubro. Nova alternativa de mercado para as empresas interessadas em compensar voluntariamente sua emissão de gases de efeito estufa, a CPR Verde traz vantagens financeiras para o produtor rural que executa ações de preservação ambiental na área em que desenvolve suas atividades e passa a ter uma fonte extra de renda.

É um instrumento de valorização do estoque de ativos ambientais do país que propicia novas oportunidades de negócio, tem grande potencial de atração de investimentos estrangeiros, e, ao mesmo tempo, contribui para uma maior sinergia entre a agropecuária e o meio ambiente, por meio do fomento de atividades ambiental e financeiramente sustentáveis no país.

(*) Com informações do Ministério da Economia

Fonte: *Comex do Brasil- DF*

Data: 15/10/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

ANATEL ADIA ANÁLISE DO 5G; GOVERNO CITA PREJUÍZO DE R\$100 MI POR DIA

Por *Aluisio Alves*



Anúncio da tecnologia de 5G em evento de telecomunicações (Crédito: REUTERS/Tingshu Wang)

13/09/21 - 20h35 - Atualizado em 13/09/21 - 21h11

SÃO PAULO (Reuters) – O ministro das Comunicações, Fábio Faria, afirmou nesta segunda-feira que atrasos no calendário para o leilão das frequências da tecnologia 5G estão provocando prejuízo de 100 milhões de reais por dia ao país, após um adiamento na análise do tema

pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O número citado por Faria tem como base uma estimativa do governo federal de que o leilão das faixas trará ao país investimento da ordem de 2,8 bilhões de reais por mês.

“Portanto, um pedido de vistas desse representa um prejuízo de cerca de 100 milhões de reais por dia”, disse o ministro a jornalistas, classificando como “altamente inesperado” o pedido de vista do conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Moisés Moreira, que suspendeu a análise do processo.

O aval final da Anatel, que analisa o processo desde outubro de 2019, é a última etapa antes da realização do leilão, que o governo pretendia realizar em 14 de outubro.

Uma data para retomada da análise do assunto na Anatel não foi definida, mas pode acontecer logo que Moreira solicitar uma reunião extraordinária do colegiado.

Ainda assim, Faria manteve a expectativa de que o leilão acontecerá no mês que vem.

“Temos condições de ser o primeiro país na América Latina com o 5G e quem sair na frente leva vantagem”, disse o ministro. “Cada dia de atraso me incomoda demais”.

Em agosto, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o leilão também após um pedido de vistas que atrasou o processo.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 15/10/2021

PLANTIO DE SOJA EM MATO GROSSO SALTA PARA 45% DA ÁREA DE 2021/22, DIZ IMEA

Por Nayara Figueiredo



Colheita de soja em Correntina, Bahia

SÃO PAULO (Reuters) – O plantio de soja em Mato Grosso, maior produtor do grão no Brasil, atingiu 45,06% da área projetada até esta sexta-feira, um salto de 24,75 pontos percentuais na comparação semanal, informou o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) em relatório.

O Estado tem sido beneficiado na temporada 2021/22 por um clima mais chuvoso, contrário à seca vista no ciclo anterior quando, nesta época, os produtores haviam semeado somente 8,19% das lavouras.

Os trabalhos também estão adiantados em relação à média histórica para o período, que é de 25,83%, mostraram os dados.

Segundo o Imea, as regiões oeste e médio-norte são as mais adiantadas, com plantio superior à metade das áreas estimadas para o ciclo atual. No oeste, a semeadura está em 58,58%, enquanto no médio-norte o percentual vai a 55,31%.

O nordeste de Mato Grosso é a região com os trabalhos mais lentos, mas que ainda assim superam a média história, com 31,75%.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 15/10/2021

PREÇOS AVANÇAM PARA MÁXIMA DE 3 ANOS COM PREVISÃO DE DÉFICIT DE OFERTA

Por Laura Sanicola



Plataforma no Rio de Janeiro

(Reuters) – Os preços do petróleo tocaram máxima de três anos, acima de 85 dólares o barril, nesta sexta-feira, impulsionados pelas previsões de um déficit de oferta nos próximos meses, uma vez que o afrouxamento das restrições de viagens relacionadas ao coronavírus estimula a demanda.

Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em alta de 0,86 dólar, ou 1%, a 84,86 dólares o barril. Os preços do primeiro mês, que tocaram a máxima desde outubro de 2018 a 85,10 dólares, atingiram um aumento semanal de 3%, seu sexto ganho semanal consecutivo.

Os futuros do petróleo dos EUA (WTI) subiram 0,97 dólar, ou 1,2%, para 82,28 dólares o barril. O aumento foi de 3,5% na semana, em um oitavo avanço consecutivo semanal.

A demanda aumentou com a recuperação da pandemia de Covid-19 e com um novo impulso de geradores de energia que têm mudado do gás e do carvão caros para óleo combustível e diesel.

A Casa Branca disse que suspenderá as restrições de viagem para estrangeiros totalmente vacinados a partir de 8 de novembro, o que deve aumentar a demanda por combustível para aviação.

Enquanto isso, uma queda acentuada nos estoques de petróleo nos Estados Unidos e nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico deverá manter a oferta global apertada.

(Reportagem adicional de Shadia Nasralla em Londres, Sonali Paul em Melbourne e Florence Tan em Singapura)

Fonte: *IstoÉ - Dinheiro*

Data: 15/10/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

ONS VÊ QUEDA DE 2,1% NA CARGA DE ENERGIA PARA OUTUBRO E CHUVAS ACIMA DA MÉDIA NO SUDESTE

Por Reuters



Segundo o operador, a carga na região deverá registrar queda de 3,8% frente a outubro de 2020 na semana passada (Imagem: REUTERS / Oswaldo Rivas)

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) previu nesta sexta-feira uma queda maior da carga de energia em outubro, passando a projetar um recuo de 2,1% na comparação anual, ante baixa de 0,1% estimada na semana anterior.

O movimento é puxado principalmente por uma queda de 2,7 pontos percentuais maior que a esperada anteriormente para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que possui a maior carga de eletricidade do Brasil.

Segundo o operador, a carga na região deverá registrar queda de 3,8% frente a outubro de 2020 na semana passada, o recuo era calculado em 1,1%.

Já no Sul, a previsão de queda para o mês é ainda mais acentuada, de 4,7%, ante recuo de 1,5% estimado na semana anterior.

Na região Nordeste, a previsão de carga para o mês sofreu elevação de 0,1 ponto percentual ante a estimada na semana passada, para avanço de 3,8%, enquanto no Norte a previsão foi mantida em alta de 2,6%.

Em relação às chuvas nas regiões de hidrelétricas, o ONS elevou a previsão de afluência para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentra os principais reservatórios de hidrelétricas do Brasil, para 103% da média para outubro, contra 99% previsto na semana anterior.

A melhora do cenário de chuvas para a importante região é positiva, em momento em que o país enfrenta uma grave crise hídrica e vê afetada a geração de energia pela principal fonte utilizada localmente.

Já os reservatórios do Sul terão precipitações em 87% da média, contra 116% estimados na semana passada.

Para o Nordeste, as chuvas foram projetadas em 42%, estável ante a estimativa anterior, enquanto para o Norte a projeção é de 89%, versus 83 na semana passada.

Nesta semana, o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciocchi, pontuou que vê um cenário ainda “bastante preocupante” para 2022, diante de seca nos reservatórios de hidrelétricas, e recomenda que o país permaneça mobilizado.

Segundo ele, há expectativas de que a estação chuvosa chegará dentro do esperado neste ano e apontou que as chuvas dos últimos dias foram muito bem-vindas, mas não ainda o suficiente.

Fonte: MoneyTimes

Data: 15/10/2021

COM FOME DE ENERGIA, CHINA SE VOLTA AOS EUA E EUROPA PREPARA PLANOS DE ALÍVIO

Por Reuters



Em contraste, no auge das tensões comerciais sino-americanas, em 2019, o comércio de gás entre os dois países foi brevemente suspenso (Imagem: REUTERS/Aly Song)

A crise de energia da China se aprofundou nesta sexta-feira, com os preços do carvão atingindo uma máxima recorde em meio ao clima mais frio e os preços do gás também em alta, levando as principais empresas de energia a procurarem acordos de longo prazo com fornecedores norte-americanos, disseram fontes à Reuters.

A segurança energética atingiu o topo das agendas governamentais na Ásia e na Europa, à medida que a escassez de carvão e os preços do gás em alta provocaram cortes de energia e congestionaram fábricas fornecedoras de grandes marcas como Apple (AAPL), no momento em que a economia global se recupera das restrições do coronavírus.

Para proteger os consumidores da alta dos preços, conforme o inverno se aproxima, os líderes da União Europeia parecem dispostos a liberar Estados membros a adotar medidas emergenciais, incluindo limites de preços e subsídios, em uma cúpula na próxima semana.

A China, maior exportador mundial, foi particularmente atingida e grandes empresas de energia, como a Sinopec Corp e a China National Offshore Oil Company (CNOOC), estão em negociações avançadas sobre contratos de longo prazo com exportadores de gás natural liquefeito (GNL) dos EUA, disseram fontes à Reuters.

As discussões podem levar a negócios no valor de dezenas de bilhões de dólares que aumentariam as importações de GNL dos Estados Unidos para a China nos próximos anos.

Em contraste, no auge das tensões comerciais sino-americanas, em 2019, o comércio de gás entre os dois países foi brevemente suspenso.

“Como empresas estatais, as companhias estão todas sob pressão para manter a segurança de oferta, e a recente tendência dos preços mudou profundamente a imagem da oferta de longo prazo na mente das lideranças”, disse um trader de Pequim.

Em um golpe à luta contra o aquecimento global, a China e outros países se voltaram no curto prazo ao carvão. Pequim também tomou uma série de medidas para conter os aumentos de preços, incluindo o aumento da produção doméstica de carvão e o corte de oferta para indústrias demandando energia.

Fonte: MoneyTimes
Data: 15/10/2021

CHINA CORTA COTAS DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO DE REFINARIAS INDEPENDENTES PELA 1ª VEZ DESDE 2015

Por Reuters



A redução nas cotas de importação segue o maior escrutínio do governo do setor de refino neste ano sobre o comércio de cotas de importação de petróleo e evasão fiscal (Imagem: Reuters/Stringer)

A China emitiu um novo lote de cotas de importação de petróleo para refinarias independentes para 2021, com concessões anuais totais menores do que no ano passado, configurando a primeira redução das licenças de importação desde que essas empresas foram autorizadas no mercado, em 2015.

O último lote de cotas para refinarias independentes foi de 14,89 milhões de toneladas, segundo os documentos.

Isso traz o total de licenças para 2021 a 177,14 milhões de toneladas, abaixo dos 184,55 milhões de toneladas em 2020, disseram três fontes do comércio e a consultoria de commodities chinesa JLC.

A redução nas cotas de importação segue o maior escrutínio do governo do setor de refino neste ano sobre o comércio de cotas de importação de petróleo e evasão fiscal, enquanto Pequim buscava conter o processamento ineficiente de combustível e reduzir as emissões.

“Espera-se que as refinarias locais tradicionais vissem cotas ainda mais baixas no próximo ano, após vários anos de crescimento robusto, enquanto as mega refinarias-petroquímicas integradas verão novos aumentos consideráveis nas cotas”, disse uma nota do JLC nesta sexta-feira.

Entre as 16 empresas que receberam cotas, a Hengli Petrochemical, uma das maiores mega-refinadoras de controle privado do país, recebeu a maior cota, com 3 milhões de toneladas.

A estatal ChemChina recebeu uma cota de 2,57 milhões de toneladas, segundo as fontes.

Fonte: MoneyTimes
Data: 15/10/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MME ESTUDA INCLUSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM LEILÃO DE CAPACIDADE

Por Gabriel Chiappini - 15 de outubro de 2021 - Em Setor elétrico

A geração de energia a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), conhecida como waste to energy (WTE), pode ser incluída nos próximos leilões de capacidade do setor elétrico, que vão

ocorrer a partir de dezembro, segundo o diretor do departamento de informações e estudos energéticos do Ministério de Minas e Energia (MME), André Luiz Osório.

A fonte já foi incluída em leilões de energia nova na agenda do governo.

“Teremos novos certames para a inclusão de RSU”, reforçou o diretor nesta quinta (14), durante evento organizado pela Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN) e a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON).

“O RSU é uma fonte que agrega potência. Precisamos de energia firme. Em relação ao leilão de capacidade, esse assunto está sendo discutido internamente, não só na questão de potência como do A-4”, disse André Luiz.

Os leilões de capacidade foram criados pela MP 998 para criar uma alternativa de contratação de energia. O objetivo é elevar a potência disponível para o sistema elétrico e, com a combinação da venda de energia no mercado livre, reduzir o custo do atendimento à capacidade.

O A-5, de energia nova, realizado no final de setembro, foi o primeiro a incluir geração de eletricidade a partir de resíduos sólidos. Uma usina do tipo foi contratada, a térmica URE Barueri, da Orizon Valorização de Resíduos, que será construída em Barueri, São Paulo.

Segundo a empresa, o investimento na planta com capacidade de 20MW será de R\$ 520 milhões e vai consumir cerca de 300 mil toneladas de resíduos por ano.

A energia foi negociada a R\$ 549,35 por MWh, com deságio de 14,03% em relação ao preço teto de R\$ 639,00.

O leilão também ficou marcado pela forte presença da biomassa, como a fonte mais contratada (301 MW de capacidade), somando seis usinas de bagaço de cana e uma de cavaco de madeira.

“Estamos passando por um processo acelerado de transição energética (...) Nesse contexto, o waste to energy vai ter um papel cada vez mais relevante nesse processo de transição”, acredita o diretor do MME.

Segundo ele, um dos pontos que precisa ser resolvido é a inclusão do WTE no marco legal do saneamento, que estabelece aos municípios o fim dos lixões e a disposição final adequada dos rejeitos em aterros sanitários até 2024.

“O marco do saneamento precisa conversar com a energia”, defende André Luiz. Ele diz que o MME juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) precisam juntar esforços para aproximar o marco do saneamento a questões relacionadas ao leilão de energia.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 15/10/2021*

SENADORES JÁ FALAM EM MUDANÇA NO PROJETO DO ICMS DOS COMBUSTÍVEIS; LIRA AMEAÇA IR AO CADE

Por epbr - 15 de outubro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), prometeu, nessa quinta (14/10), dar o “tratamento devido” ao projeto que altera o cálculo da cobrança de ICMS sobre combustíveis, aprovado esta semana pela Câmara dos Deputados. Aparentemente, a fala de

Pacheco indicou que não haverá pressa na apreciação do tema, que já movimenta – e divide – os senadores.

— “Há um viés tributário muito forte no preço dos combustíveis, e isso pode ser remodelado. Essa é a intenção da Câmara dos Deputados com esse projeto, e nós vamos obviamente recebê-lo no Senado Federal e dar o tratamento devido, de apreciação, de debate, de amadurecimento, de aprimoramento. É esse o nosso papel neste momento. A tese de que todos comungamos é que temos que estabilizar esse preço dos combustíveis, e torná-lo palatável. Não tem como desenvolver o país com o combustível com esse preço de hoje”, afirmou Pacheco.

— O presidente do Senado lembrou que, para o preço dos combustíveis sofrer menos oscilações, é preciso levar em conta, além da questão tributária, fatores como o “papel social” da Petrobras (e sua política de preços) e a situação de instabilidade política, que influiu na queda do real. Mas ele reconheceu ser necessário analisar uma possível mudança nas regras tributárias. Agência Senado

— Já o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), voltou a criticar a atuação da Petrobras no mercado de combustíveis. Ele chegou a dizer que há possibilidade de acionar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para investigar a prática de preços da estatal, especificamente no setor de gás natural.

— Lira usou as redes sociais para anunciar que a aprovação do projeto do ICMS foi apenas o primeiro passo da Câmara para conter a disparada dos preços dos combustíveis. E cobrou a Petrobras para que faça “sua parte” para diminuir os preços.

— “A Câmara deu o 1º passo para conter a disparada do preço dos combustíveis. Alteramos a incidência do ICMS. Fizemos nossa parte e demos uma resposta ao Brasil. Agora, esperamos pela Petrobras. Que o gás e os combustíveis fiquem mais leves no apertado bolso dos brasileiros”, diz.

— Pela primeira vez, Lira criticou abertamente a venda dos gasodutos da estatal à iniciativa privada e garantiu que a “Câmara está atenta” acerca desse tema. “A Petrobras tem que se esforçar para dar explicações. Houve uma venda de um gasoduto de R\$ 90 bilhões, e os recursos não foram para a União”, questionou.

Privatização da Petrobras Em meio à pressão pela alta dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nessa quinta (14/10), em entrevista à Rádio Novas de Paz (PE), que tem vontade de privatizar a Petrobras e que conversará sobre o assunto com a equipe econômica.

— A declaração ocorre em meio a reclamações do presidente de que tem poder limitado na definição do preço do combustível, mas que é apontado como culpado a cada aumento.

— Novamente, Bolsonaro tentou se isentar pela alta dos combustíveis, mencionando o fato de ter zerado os impostos federais cobrados sobre o gás de cozinha.

— Contudo, além do baixo impacto sobre o preço final do produto, os R\$ 3,7 bilhões dos contribuintes destinados pelo governo Bolsonaro para desonerar o diesel e o GLP de uso doméstico em 2021 poderiam ter bancado de duas a três recargas do gás de cozinha para as mais de 14 milhões de famílias inscritas no Bolsa Família.

— “Eu já tenho vontade de privatizar a Petrobras. Vou ver com a equipe econômica o que a gente pode fazer porque, o que acontece? Eu não posso, não é controlar, não posso melhor direcionar o preço do combustível, mas quando [ele] aumenta a culpa é minha. Aumenta o gás de cozinha, a culpa é minha, apesar de ter zerado o imposto federal”, disse Bolsonaro. UOL



— A privatização da Petrobras também foi defendida pelo vice-presidente, Hamilton Mourão: “No futuro, a Petrobras terá que ser colocada no mercado de modo que a gente rompa essa estrutura de monopólio, que no final das contas termina por prejudicar o País”, afirmou o general nessa quinta (14/10). Estadão

Bolsonaro vai determinar fim da Bandeira de Escassez Hídrica O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nessa quinta (14/10) que vai determinar ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a reversão da bandeira “escassez hídrica”, taxa adicional cobrada sobre a conta de luz dos brasileiros.

— “Dói a gente autorizar o ministro Bento decretar bandeira vermelha, dói no coração, sabemos as dificuldades da energia elétrica. Vou pedir para ele... Pedir, não, determinar a ele que volte à bandeira normal a partir do mês que vem”, disse o chefe do Executivo no evento Conferência Global 2021 – Millenium, organizado por evangélicos.

— “Deus nos ajudou agora com chuva, estávamos na iminência de um colapso. Não podíamos transmitir pânico à sociedade”, disse o presidente, no evento, sobre a situação. Estadão

— A nova bandeira foi anunciada pelo governo em 31 de agosto, no valor de R\$ 14,20 por 100 kWh consumidos, de setembro de 2021 a abril de 2022 – um aumento de 50% sobre os R\$ 9,49 cobrados em agosto.

— Dados do ONS apontam alguma recuperação dos reservatórios hídricos nas últimas semanas, e as medidas de racionalização diminuíram o consumo elétrico. Contudo, a situação continua preocupante. Por isso, até o momento não houve qualquer recomendação do MME sobre flexibilização de medidas.

— Apesar da determinação de Bolsonaro, as distribuidoras alertaram o governo que a bandeira de escassez hídrica não está sendo suficiente para cobrir a elevação de custos dos combustíveis usados pelas térmicas do país.

Com parada de Mero, produção da partilha cai 66% em agosto Por conta da parada programada da Área de Desenvolvimento de Mero, operada pela Petrobras, a produção média diária dos contratos em regime de partilha foi de 13 mil barris por dia (bpd) em agosto, 66% menor do que a registrada em julho. A produção é referente a 8 mil bpd produzidos em Entorno de Sapinhoá e 5 mil bpd em Tartaruga Verde Sudoeste.

— A média diária do total do excedente em óleo da União em agosto foi de 5,6 mil bpd referente apenas ao contrato do Entorno de Sapinhoá, resultado 40% inferior em relação ao mês anterior. Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha soma 58,3 milhões de barris de petróleo. A parcela acumulada do excedente em óleo da União no período é de 10,2 milhões de barris de petróleo.

— A parada de Mero deve-se ao encerramento do Sistema de Produção Antecipada 1 (SPA-1) e mudança de locação do FPSO Pioneiro de Libra para dar início ao SPA-2.

— A produção média diária de gás natural nos dois contratos com aproveitamento comercial do energético foi de 175 mil m³/dia, sendo 138 mil m³/dia em Entorno de Sapinhoá e 37 mil m³/dia em Tartaruga Verde Sudoeste. Em comparação com o mês anterior, o volume de gás disponível apresentou queda de 16,5%.

— A média diária do total do excedente em gás natural foi de 97 mil m³/dia referente apenas ao contrato do Entorno de Sapinhoá, representando uma queda de 19% em relação ao mês anterior. Desde 2017, a produção acumulada soma 264 milhões de m³ de gás natural com aproveitamento comercial. O excedente em gás natural no mesmo período é de 87,7 milhões de m³.

— Os números são do Boletim Mensal de Contratos de Partilha de Produção, produzido pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

EDP leva Celg-T A EDP Brasil arrematou a elétrica Celg Transmissão, de Goiás, em leilão de privatização nessa quinta (14/10), na B3, por R\$ 1,977 bilhão – ágio de 80,10% ante o mínimo previsto, de R\$ 1,097 bilhão.

— O leilão ofertou 100% das ações da Celg-T, pertencentes à CelgPar, do governo de Goiás. A empresa é resultado da cisão de ativos da Celg Geração e Transmissão (Celg-GT). Após a divisão, a Celg-T ficou com patrimônio líquido de R\$ 1,052 bilhão.

— A EDP venceu outras três concorrentes. A Cymi Construções e Participações ofertou R\$ 1,60 bilhão, ágio de 45,76%; a MEZ Energia deu lance de R\$ 1,53 bilhão, ágio de 39,84%; e a ISA Cteep ofereceu R\$ 1,504 bilhão, ágio de 37,01%.

— A Celg-T detém três concessionárias. Ao todo, seu portfólio conta com 755 quilômetros de linhas e 12 subestações próprias, que representam uma receita anual permitida (RAP) de aproximadamente R\$ 216,4 milhões. Valor

Projeto Biodiesel A partir das 10h desta sexta (15/10), a ANP realiza o Workshop Projeto Biodiesel, com transmissão ao vivo no canal da ANP no YouTube.

— O evento irá apresentar as ações da ANP para a garantia da qualidade dos combustíveis. O objetivo central é apresentar os resultados das ações de fiscalização realizadas pela agência no país.

Com a alteração da denominação social da companhia, as ações da Vibra Energia (ex-BR Distribuidora) passarão a ser negociadas na Bolsa de Valores B3 sob novo código de negociação (ticker) “VBBR3”, em substituição ao código atual “BRDT3”, e o nome de pregão da Companhia passará a ser “Vibra” em substituição à “Petrobras BR”.

ENBPar vai assumir Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBpar) será o órgão operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) e do Programa Mais Luz para a Amazônia. Atualmente, esses programas estão sob responsabilidade da Eletrobras.

— A transferência dos programas ocorrerá em até 12 meses, após a assembleia de homologação do aumento de capital.

— A ENBpar foi criada no âmbito do processo de privatização da Eletrobras, para receber os ativos, programas e contratos que não poderão ser mantidos na companhia após a privatização. Isso inclui a Eletronuclear e Itaipu Binacional. Money Times

Petróleo sobe e preço do gás dispara O petróleo encerrou a sessão dessa quinta (14/10) em alta diante da previsão da Agência Internacional de Energia (AIE) de aumento da demanda da commodity neste e no próximo ano.

— O Brent terminou o dia em alta de 0,98%, a US\$ 84,00 por barril, enquanto os preços dos contratos para novembro do WTI cresceram 1,08%, a US\$ 81,31 por barril

— Em relatório divulgado nessa quinta, a AIE disse que uma escassez aguda de gás natural e carvão decorrente da recuperação econômica global gerou uma forte alta nos preços de energia e está desencadeando uma mudança massiva para petróleo e derivados.

— Após a divulgação dos estoques de gás natural dos EUA, que ficaram abaixo do esperado, os futuros de gás natural negociados na Nymex ampliaram os ganhos. Novembro fechou em alta de

1,7% pela terceira sessão consecutiva, a US\$ 5,687 por MMBtu. O suporte também veio de novas previsões climáticas que indicam mais frio que o esperado em várias regiões dos Estados Unidos. Valor

KPMG: CEOs brasileiros otimistas com o futuro da economia do país 82% dos CEOs brasileiros estão confiantes no crescimento da economia nacional nos próximos três anos, motivados por uma perspectiva de fim da pandemia, devido à vacinação em massa. É o que aponta a pesquisa “KPMG 2021 CEO Outlook”, conduzida com 1.325 CEOs das principais economias do mundo e 50 CEOs brasileiros de variados setores.

— O estudo ainda aponta que 64% dos CEOs brasileiros confiam no crescimento da economia global, e 86% confiam no crescimento do setor de atuação – alta de 10% neste quesito comparando com a edição anterior da pesquisa, realizada há um ano.

— Por outro lado, a expectativa de crescimento da companhia é de 88% agora, queda de 4% em relação à pesquisa anterior. Os executivos que esperam crescimento nos próximos três anos acreditam em expansão de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 10%.

— Para atingir esse crescimento, os CEOs brasileiros indicaram diferentes estratégias, principalmente: aumentar o investimento em detecção de disrupções e processos de inovação (64%); fazer parceria com provedores de dados terceirizados (58%); e configurar programas aceleradores ou incubadores para empresas iniciantes (56%).

— As preocupações também passam por otimizar a cadeia de suprimentos, aumentar a resiliência cibernética, ajustar custos de capital para lidar com a inflação, atrair e reter talentos e integrar práticas ESG (Environmental, Social and Governance).

— Sobre ESG, 76% dos CEOs brasileiros pretendem garantir a manutenção dos ganhos de sustentabilidade obtidos durante a crise, e mais de 80% mudaram o programa atual de ESG, colocando mais foco no componente social, em razão da pandemia.

— Em relação aos riscos para o crescimento, os brasileiros temem tecnologias disruptivas (24%) e falhas das cadeias de suprimentos (22%).

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 15/10/2021*

ENGIE CONFIRMA INTERESSE EM POLO DE HIDROGÊNIO DO CEARÁ

Por epbr - 15 de outubro de 2021 - Em Biocombustíveis, Combustíveis, Mercado de gás, Transição energética

A Engie assinou com o governo do Ceará um memorando de entendimento para estudar o investimento na produção de hidrogênio verde no Porto de Pecém, que desenvolve em parceria com o estado um hub de projetos, com foco na exportação do combustível.

Os termos foram formalizados nesta sexta (15), em cerimônia com o governador Camilo Santana (PT).

Com a assinatura dos termos, antecipados pela epbr em julho, a Engie entra na disputa pelo futuro mercado de hidrogênio verde produzido no Brasil, ao lado de dezenas de companhias de diversos setores, como energia, mineração e petroquímica, que estão buscando espaço nos portos nacionais.

“O foco principal do projeto da francesa Engie é a produção em grande escala e a exportação do combustível do futuro. No entanto, a empresa também está avaliando o uso em mobilidade pesada, na indústria do aço, produção de químicos e mistura para as redes de transporte de gases”, informou o governo de Ceará, em nota.

Hidrogênio verde pode movimentar US\$ 20 bi por ano no Brasil até 2040, estima Air Products

Em Pecém, a empresa pretende começar com 100 MW a 150 MW de capacidade instalada de eletrólise, em até cinco anos. A meta global é chegar em 2030 com 4 GW de capacidade.

“Certamente esse é o primeiro passo de uma grande parceria com o Estado do Ceará. Na nossa visão, o hidrogênio é um vetor estratégico para a descarbonização, pois permite uma melhor integração das energias renováveis, além de ajudar a reduzir as emissões em setores difíceis de atingirem suas metas”, diz o vice-presidente executivo de Desenvolvimento de Negócios Globais da Engie Green Hydrogen, Raphael Barreau.

Os portos brasileiros têm atraídos projetos de hidrogênio verde (todos ainda no papel) por uma combinação de fatores, em especial a facilidade para exportar e suprir os mercados futuros de países ricos, especialmente na Europa.

No caso do Ceará, por exemplo, já existe um acordo comercial com o Porto de Roterdã, na Holanda, país que também atrai projetos de hidrogênio verde.

A produção do combustível no Brasil, que para ser verde precisa ser produzido por fontes renováveis, se beneficia do baixo custo de geração de solar e eólica e do potencial de construção de parques de grande escala – tem tudo a ver com as eólicas offshore, por exemplo.

É o caso do Porto do Açú, complexo portuário da Prumo, no Rio de Janeiro, que iniciou o licenciamento ambiental de parques eólicos offshore com 2.160 MW de capacidade instalada, e pretende atrair um ou mais sócios para desenvolver os quatro parques Ventos do Açú.

O Açú já fechou um memorando de investimento com a mineradora australiana Fortescue para instalação de uma usina de amônia verde, a partir de hidrogênio, 100% voltada para exportação. E espera atrair outros projetos do tipo.

Os usos ainda são incertos. Há desde uma demanda promissora por indústrias, transporte pesado, células a combustível, até mesmo para distribuição de hidrogênio na rede de dutos atualmente dedicada ao gás natural.

Há estudos tanto na Europa quanto no próprio Ceará, pela Cegás, para o uso combinado de gás natural e hidrogênio.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 15/10/2021

VEOLIA INAUGURA TRÊS USINAS DE BIOGÁS DE RESÍDUO URBANO

Por Gabriel Chiappini - 15 de outubro de 2021 - Em Biocombustíveis, Setor elétrico

A Veolia, empresa que atua na gestão de água, resíduos e energia, iniciou este mês a produção de energia renovável proveniente de biogás, inaugurando três novas usinas termelétricas no Brasil.

Com cerca de 12.400 kW de potência acumulada, as três plantas, localizadas em Iperó, região metropolitana de Sorocaba, em São Paulo e em Biguaçu, município de Santa Catarina, utilizarão 6.400 Nm³/h de biogás feito a partir de resíduos de aterros operados pela companhia.

A eletricidade produzida será suficiente para cobrir o consumo de energia de aproximadamente 42 mil habitantes.

“Estas termelétricas fazem parte do plano estratégico mais amplo da Veolia no Brasil, que é transformar os centros de gerenciamento de resíduos em parques tecnológicos ambientais, com uma oferta aprimorada e integração de serviços voltados para a economia circular e a redução da pegada de carbono”, diz Pedro Prádanos, CEO da Veolia Brasil.

A empresa também está estudando a produção de biometano para uso na rede de gás ou como combustível para automóveis.

“Acreditamos que será cada vez mais necessário pensar em fontes estáveis de energia renovável em indústrias e cidades como o biogás”, acrescenta Prádanos.

Atualmente, a companhia opera seis aterros sanitários no Brasil, além de atuar em serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto em Palhoça, Santa Catarina.

Mundialmente, a Veolia possui grande expertise na área de saneamento, sendo responsável por levar água potável para 95 milhões de habitantes e saneamento para 62 milhões, além de já ter produzido cerca de 43 milhões de megawatt/hora, a partir de 47 milhões de toneladas de resíduos.

No Brasil, a empresa pretende expandir ainda mais sua atuação, de olho nas parcerias público-privadas (PPPs) e concessões.

“A Veolia está acompanhando todos os leilões de saneamento em desenvolvimento no país, desde pequeno até de grande porte, e acredita que tem a capacidade de contribuir como operadores para a universalização do serviço de água e esgoto com soluções de saneamento para cidades sustentáveis, inteligentes e eficientes”, afirmou a empresa em nota.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 15/10/2021



BRASIL EXPORT

ANTAQ PREMIA BOAS PRÁTICAS EM OPERAÇÃO E GESTÃO; CONSELHEIROS E PATROCINADORES DO BRASIL EXPORT DESTACAM-SE EM VÁRIAS CATEGORIAS

por Bruno Merlin



O Prêmio Antaq 2021 celebrou na noite de 14 de outubro, em Brasília, o compromisso de empresas de navegação, terminais privados, portos organizados e pesquisadores no sentido de promover boas práticas na operação e gestão no setor. A premiação reuniu profissionais de todo o País e vários servidores da agência reguladora. O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, classificou como bem executado o trabalho que tem sido desenvolvido pela sua equipe de forma a incentivar

a inovação e reconhecer a boa gestão. “Esse é mais um incentivo para premiar boas condutas. A Agência não deve só ‘castigar o mau aluno’, o que às vezes faz parte do papel do regulador, mas também ‘premiar o bom aluno’ que atua dentro do conceito da regulação responsável”.



Público presente ao Clube Naval de Brasília, onde foi realizado o Prêmio Antaq 2021

Nery destacou a iniciativa da Agência tomar à frente na discussão sobre a implantação do ESG, sigla em português que significa “ambiental, social e governança”, e também os quadros de profissionais cada vez mais qualificados encontrados nos portos organizados. “Notamos resultados muito

expressivos dos portos públicos, resultados próximos dos resultados que os TUPs, com excelente capacidade de gestão, são capazes de entregar”. Também participaram da solenidade de abertura os outros dois diretores da Agência, Adalberto Tokarski – considerado o principal responsável pela criação do prêmio – e Flavia Takafashi, e o Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Premiados do Brasil Export

Diversos conselheiros e empresas patrocinadoras do Brasil Export foram premiados pela Antaq. O CEO do Fórum, Fabricio Julião, marcou presença no evento e fez questão de reconhecer a excelência do trabalho exercido pelos 39 vencedores da noite.

Na categoria Iniciativas Inovadoras, foram premiadas as empresas atuantes no setor de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias operacionais, ambientais ou de gestão. Os principais vencedores foram Ricardo Falcão, Conselheiro Nacional do Brasil Export e presidente do Conapra, e Eduardo Tannuri, Diretor do Departamento de Tanque de Provas Numérico da Universidade de São Paulo (TPN-USP), com o trabalho ajudou a viabilizar o aumento do porte dos navios que atracam nos portos do Amapá.



Ricardo Falcão e Eduardo Tannuri recebem prêmio por Iniciativa Inovadora

Os estudos contaram com o apoio da Praticagem e da Companhia Docas de Santana (CDSA), que forneceram levantamentos hidrográficos mais atualizados, e também da Plataforma Logística do Amapá (PLA), responsável pelo projeto de dois novos terminais privados, que contratou uma análise detalhada das correntes no Canal de Santana.

A categoria Conformidade Regulatória – Navegação de Apoio Marítimo e Portuário, de Cabotagem e de Longo Curso classificou em primeiro lugar a Agemar Transportes e Empreendimentos, que foi representada por Manoel Ferreira, Conselheiro Nacional do Brasil Export e vice-presidente da Fenop. A Agemar foi considerada a empresa que melhor atendeu, no quinquênio 2016-2020, às determinações do novo modelo de perfil de risco da fiscalização da Antaq.



Diretora Flávia Takafashi entrega prêmio ao diretor da Agemar, Manoel Ferreira

A Porto do Açu Operações, através do trabalho escrito pelo gerente de Desenvolvimento Portuário Luiz Gustavo Cruz e pela Engenheira Naval Fernanda Araújo, em parceria com Felipe Ruggeri, da Argonautica, ficou em terceiro lugar na categoria Artigo Técnico-Científico. O estudo, intitulado “Metodologia de Identificação e Gerenciamento de Riscos em Projetos de Dragagem Portuária – Um estudo de caso em um porto brasileiro”, apresentou a abordagem utilizada na análise de riscos do projeto de dragagem do canal do Terminal 2 em 2021.

Portos premiados

Dois apoiadores do Brasil Export estiveram no “pódio” da categoria Conformidade Regulatória – Porto Organizado. Em primeiro lugar foi classificada a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, representada pelo diretor André Luiz Pioli, e o terceiro lugar foi ocupado pela Companhia Docas da Paraíba, cujo troféu foi recebido pela diretora-presidente Gilmara Temóteo, Conselheira do Nordeste Export. Os portos premiados destacaram-se por obter resultado

favorável no Índice de Perfil de Risco, dessa forma minimizando os danos e impactos da gestão de acordo com as exigências regulatórias da Antaq.



Gilmara Temóteo, de Cabedelo, e André Pioli, da Portos do Paraná, foram premiados pelo trabalho executado

Na categoria Maior Evolução Anual do Índice de Desempenho Ambiental – Porto Organizado destaque para as evoluções dos seguintes portos que são administrados por Companhias patrocinadoras do Brasil Export: Angra dos Reis (CDRJ), recebido pelo presidente do Conselho do Sudeste Export, Mario Povia, e Natal (Codern). Já na última premiação, para o registro do Maior Índice de Desempenho Ambiental entre Portos Organizados, os três primeiros lugares foram ocupados, respectivamente, pelos portos de Itajaí, Paranaguá e Pecém, este último representado pela Conselheira do Nordeste Export, Rebeca Oliveira.

Assista à transmissão completa do Prêmio Antaq no perfil oficial da Agência no YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=75CQldRsMB0>

Veja a relação completa dos premiados clicando aqui.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/agencia-realiza-cerimonia-de-entrega-do-premio-antag-2021>

Fonte: Brasil Expórt - SP

Data: 15/10/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

ESTADOS ESTIMAM PERDA DE R\$ 24 BI COM MUDANÇA NO ICMS DE COMBUSTÍVEIS. VEJA O IMPACTO EM ALGUNS DELES

Prejuízo na arrecadação também considera municípios, diz Comsefaz. Projeto aprovado na Câmara altera cálculo do imposto, mas precisa de aval do Senado

Por **Fernanda Trisotto e Carolina Nalin**



Com mudança no ICMS de combustíveis, perda para estados seria de mais de R\$ 20 bilhões Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

RIO E BRASÍLIA - Se o projeto que muda o ICMS sobre combustíveis também for aprovado no Senado, a perda em arrecadação estimada para estados e municípios será de R\$ 24 bilhões, nos cálculos do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos

Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

O projeto teve aval da Câmara dos Deputados nesta semana, provocando forte reação dos governadores. Ele prevê que as alíquotas do ICMS serão fixas, renovadas a cada 12 meses. E que a arrecadação não poderá exceder, em reais por litro, o valor da média dos preços ao consumidor final, considerando o período de dois anos anteriores.

Hoje, o preço de referência em que incide o ICMS é um preço médio do combustível atualizado a cada 15 dias, que varia conforme o estado. Como o petróleo e o dólar têm subido bastante nos últimos meses, essa média tem subido também, o que pesa no orçamento dos brasileiros.

O projeto da Câmara daria um alívio no bolso em 2022, ano eleitoral, mas poderia pressionar os preços em 2023. O impacto nos cofres públicos será imediato tanto para governos estaduais como para prefeituras, pois os municípios recebem 25% da receita do tributo estadual.

As perdas por estado

São Paulo

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo avalia que o impacto da proposta para o estado é de R\$ 6,5 bilhões por ano.

"Com este montante, é possível entregar à população 21 hospitais nos moldes do novo Hospital Pérola Byington, em construção no centro da capital, ou 50 mil casas populares na cidade de São Paulo, ou mesmo, em menos de três anos, custear toda a construção da Linha 6-Laranja de metrô, a maior obra de infraestrutura da América Latina, avaliada R\$ 15 bilhões", disse a secretaria em nota.

A secretaria informou ainda que mantém a alíquota de ICMS para a gasolina em 25% há mais de 20 anos, que está "que está entre as menores do país". Segundo a secretaria, a arrecadação de ICMS com combustíveis no ano passado foi de R\$ 14,58 bilhões. Entre janeiro e agosto deste ano, o valor foi de R\$ 12,24 bilhões, ambos em valores nominais.

Paraná

Para Renê de Oliveira Garcia Júnior, secretário de Fazenda do Paraná, o projeto é uma tentativa deliberada de repassar o ônus do aumento do combustível para os estados.

— Com uma economia indexada, cenário profundamente adverso, com PIB crescendo 1,5% em 2022 e cenário político preocupante, nós vamos ter uma situação de grande aperto no caixa dos estados em 2022 e isso significa perda de receita. Perda de receita vai ser compensada com corte de despesas ou aumento de receitas através de tributação sobre outros itens — afirma.

O Paraná estima perder entre R\$ 600 e 800 milhões de arrecadação com a mudança.

Pernambuco

Em Pernambuco, a perda estimada é de R\$ 720 milhões, de acordo com o secretário da Fazenda, Décio Padilha.

Para ele, o problema central do texto é que não ataca as causas do aumento do preço dos combustíveis, como o repasse integral da flutuação do preço do barril de petróleo no mercado internacional para o mercado doméstico.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a Receita Estadual estimou que se a proposta do ICMS já estivesse em vigor, o estado teria perdido R\$ 980 milhões em arrecadação entre janeiro e setembro de 2021 — ou R\$ 1,5 bilhão no ano.

Em nota, o secretário de Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, afirmou que é importante discutir esse tipo de medida, “mas reiteramos que essa deve ser uma solução global sobre os tributos, em uma Reforma Tributária e não encaminhadas apenas para Estados e municípios, tendo em vista que a arrecadação de ICMS é repartida em 25% com as prefeituras”.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/10/2021

COM CRISE HÍDRICA E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA, COMÉRCIO ENTRE BRASIL E EUA ATINGE RECORDE DE US\$ 49,6 BI

País importou 1.700% mais gás natural para abastecer termelétricas. Trocas comerciais devem fechar 2021 no maior nível da história

Por Eliane Oliveira



Gás natural queima em unidade de produção no Texas, nos EUA: Brasil elevou em 1.700% a importação do insumo nos nove primeiros meses do ano Foto: Angus Mordant / Reuters/23--11-2019

BRASÍLIA — Um levantamento realizado pela Câmara de Comércio americana (Amcham Brasil), antecipado ao GLOBO, mostra que o intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos já está acima do nível pré-pandemia nos nove primeiros meses deste ano, alcançando o maior

patamar já registrado para o período.

Após registrar o pior resultado em 11 anos e diminuir 23,5% em 2020, o fluxo comercial (soma de exportações com importações) de janeiro a setembro foi de US\$ 49,6 bilhões, recorde histórico. A maior soma havia sido registrada em 2019, no valor de US\$ 48,2 bilhões.

Recuperação econômica, alta de preços das commodities, crise energética e busca por vacinas contra a Covid-19 impulsionaram as trocas comerciais.

Até setembro, as exportações brasileiras para aquele país somaram US\$ 22,3 bilhões, número 47,1% maior que no mesmo período do ano passado. Já as importações alcançaram US\$ 27,3 bilhões, um crescimento de 29,8%.



Exportações de produtos siderúrgicos para os EUA cresceram 135% nos primeiros nove meses de 2021, em comparação com igual período de 2020 Foto: Aaron Josefcyk / Reuters

Salto nos produtos siderúrgicos

A expectativa é que tanto as vendas ao mercado americano como as aquisições de produtos dos EUA sejam as mais altas da história do comércio bilateral.

— O quadro é bastante animador. Os negócios ganharam fôlego novamente e mostram grande dinamismo — disse o vice-presidente da Amcham, Abrão Neto.

Do lado as exportações brasileiras, os maiores destaques foram os produtos siderúrgicos, que cresceram 136% e garantiram uma receita de US\$ 3,5 bilhões ao Brasil, e as vendas de petróleo bruto para os EUA, que somaram US\$ 2,5 bilhões, um aumento de 205%.

Quase o dobro de vacinas

Já nas importações brasileiras pesaram a crise hídrica e a pandemia. O Brasil comprou 1.700% a mais de gás natural americano para abastecer as usinas térmicas. E importou US\$ 1,2 bilhão em vacinas, com crescimento de 956%.

— A recuperação da economia nos dois países favoreceu a retomada do comércio bilateral. O aumento dos preços internacionais e a maior demanda energética também tiveram participação destacada — ressaltou Neto.

Os embarques do Brasil para os EUA em 2021 representaram 10,4% do total das exportações brasileiras para o mundo. A taxa de crescimento das vendas externas para o mercado americano no ano superou a das exportações totais brasileiras, que foi de 36,9%.

Além de siderúrgicos e petróleo, destacaram-se na pauta aeronaves e produtos de madeira.

A Amcham atualizou sua projeção para o comércio bilateral no ano de 2021, a partir do forte desempenho no terceiro trimestre.

A entidade estima que as exportações brasileiras para os EUA fiquem acima de US\$ 30 bilhões e importações vindas daquele país superem US\$ 37 bilhões.

Com isso, a balança comercial será deficitária para o Brasil em cerca de US\$ 7 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/10/2021

GOVERNO QUER PRORROGAR AUXÍLIO EMERGENCIAL ATÉ 2023 SÓ PARA BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

Com o fim da ajuda neste mês e sem viabilizar o Auxílio Brasil, ideia é estender pagamentos aos mais pobres em ano eleitoral

Por Julia Lindner e Eliane Oliveira

BRASÍLIA - Com a proximidade do fim do auxílio emergencial, cuja última parcela será paga este mês, e sem uma solução aprovada para o Auxílio Brasil (que vai substituir o Bolsa Família), integrantes do governo buscam uma saída para turbinar os pagamentos aos beneficiários de programas sociais do governo até o fim de 2022, de olho na campanha eleitoral.

Auxiliares próximos ao presidente Jair Bolsonaro avaliam prorrogar o auxílio emergencial até janeiro de 2023 apenas para beneficiários do Bolsa Família, que representam 14,6 milhões de famílias brasileiras.

A ideia é estipular o pagamento de cerca de R\$ 250 mensais de forma cumulativa aos valores que essas pessoas já recebem pelo programa social, por pelo menos um ano.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/10/2021

BOLSONARO DIZ QUE DETERMINARÁ VOLTA DE BANDEIRA 'NORMAL' PARA AS CONTAS DE LUZ EM NOVEMBRO

Presidente afirma que país esteve 'na iminência de um colapso', mas celebrou chuvas nos últimos dias. Tarifa emergencial está prevista até abril de 2022

Por Daniel Gullino



O presidente Jair Bolsonaro discursa durante evento evangélico em Brasília Foto: Reprodução/Youtube

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira que determinará ao ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, que a bandeira tarifária da conta de luz volte ao patamar "normal" a partir de novembro.

Bolsonaro afirmou que o país esteve "na iminência de um colapso" com a crise hídrica, mas celebrou as chuvas no centro-sul nos últimos dias, indicando avaliar que seria possível retirar a bandeira emergencial, que representa acréscimo na conta de luz superior ao da vermelha.

— Meu bom Deus nos ajudou agora com chuva. Estávamos na iminência de um colapso. Não podíamos transmitir pânico para a sociedade. Dói a gente autorizar o ministro Bento, das Minas e Energia: "decreta bandeira vermelha". Dói no coração, sabemos da dificuldade da energia elétrica. Vou pedir para ele, pedir não, determinar que ele volte a bandeira normal a partir do mês que vem — disse Bolsonaro, durante um evento evangélico em Brasília.

Procurada pelo GLOBO, a assessoria do ministro Bento Albuquerque ainda não respondeu.

Bandeira emergencial valerá até 2022

O sistema elétrico usa um sistema de bandeiras (verde, amarela e vermelha) para indicar necessidade de sobretarifa para compensar elevação dos custos de geração com o acionamento de termelétricas.

Em agosto, o governo anunciou a criação de uma nova bandeira, batizada de Escassez Hídrica, mais alta que a vermelha. Isso porque o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas obrigou um acionamento bem acima do normal de geração térmica, que é mais cara.

Inicialmente, essa bandeira valerá até abril de 2022. A taxa extra nas contas de luz subiu de R\$ 9,49 para R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

O objetivo da criação foi cobrir os custos mais elevados da geração de energia por termelétricas, acionadas para substituir as hidrelétricas com reservatórios vazios

Cientes de baixa renda, no entanto, não foram afetados pela medida e seguem pagando a bandeira vermelha 2, com a taxa extra de R\$ 9,49 para cada 100 kWh consumidos.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/10/2021*

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MINA NO RS TEM LICENÇA TRAVADA POR INFRAÇÃO A REGRAS AMBIENTAIS

Como a estatal gaúcha CRM, que explora a mina, recorreu da decisão do órgão ambiental, ela pode prosseguir com a operação, mas terá de firmar novos compromissos e corrigir os problemas
Por André Borges, O Estado de S.Paulo

Uma das maiores minas de exploração de carvão mineral do País teve a sua licença de operação suspensa, devido ao desrespeito a exigências ambientais, como a exploração de áreas de preservação permanente. No mês passado, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental

Henrique Luiz Roessler (Fepam), órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, travou a renovação da licença de operação da mina de Candiota, que abastece a usina de mesmo nome.

A estatal gaúcha Companhia Riograndense de Mineração (CRM), que explora a mina, havia solicitado a renovação da licença que permite a continuidade da lavra mineral, mas a Fepam rejeitou o pedido. “Observamos algumas irregularidades ambientais. Havia avanços em áreas fora do polígono autorizado”, disse Marjorie Kauffmann, diretora-presidente da Fepam.

Como a CRM recorreu da decisão, pode seguir com a exploração, mas terá de firmar novos compromissos e corrigir problemas para obter o licenciamento. A previsão é de que a situação se resolva ainda este mês.

A mina de Candiota é a maior cava a céu aberto em exploração de carvão no País. São 3,5 mil hectares da área requerida para exploração. A produção, segundo a Fepam, chega a 160 mil toneladas de carvão por mês.

“Sabemos que essa é uma fonte energética importante para o Estado e que movimenta a economia local. São 5 mil empregos diretos e indiretos que dependem dessa operação. A nossa intenção na área ambiental é adequar isso, porque a mineração de carvão não é simplesmente abandonar e está tudo resolvido”, diz Marjorie Kauffmann. “Se fizermos o bom uso, não há grandes óbices. No longo prazo, devemos buscar outras fontes complementares, solar e eólica, para que a geração seja a mais diversa possível.”

Os apontamentos da área ambiental não têm a concordância da estatal. “O corpo técnico da CRM discorda das conclusões da Fepam e já realizou as devidas contestações no processo em andamento, que trata da Licença de Operação”, declarou à reportagem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/10/2021

RISCO DE RETROCESSO

Por ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO ROGÉRIO L. F. WERNECK

Em Brasília, o jogo político torna-se cada dia mais pesado. Os próximos dois meses serão fundamentais para saber em que estado estará a economia no final do governo Bolsonaro. O espaço de manobra para a condução da política econômica estreita-se a olhos vistos. Na esteira das urgências eleitorais do governo, o Ministério da Economia tem feito o possível para resistir à escalada de pressões políticas que vêm tendo de enfrentar. Mas o jogo não lhe tem sido fácil.

De um lado, tanto o Planalto como o Centrão já não escondem sua disposição de entortar as regras fiscais em vigor, para acomodar, no Orçamento de 2022, expansões de dispêndio público que consideram cruciais para o bom desempenho do governo nas eleições. De outro, em meio ao alarme do governo e do Congresso com a aceleração da inflação, exacerbam-se as pressões por artificialismos de todo tipo que possam atenuar altas de preços politicamente mais incômodas.

O que se teme é que tudo isso configure risco elevado de retrocesso no processo de reconstrução da condução da política econômica que vem tendo lugar no País há mais de cinco anos. Apesar do empenho com que Paulo Guedes sempre alardeou que sua gestão marcou ruptura fundamental com o que vinha sendo feito antes, é mais que sabido que sua atuação à frente do Ministério da Economia vem, em linhas gerais, dando não mais que continuidade ao processo de reconstrução da política econômica que teve início no governo Temer. E é essa continuidade que parece estar agora em risco.

No que tange às regras fiscais em vigor, tudo depende do grau em que, afinal, elas serão entortadas pelo Congresso. A equipe econômica vem tentando acomodar no Orçamento uma mera elevação do pagamento mensal do Bolsa Família – agora, sob o rótulo de Auxílio Brasil –

para R\$ 300. Mas não falta, no governo e no Centrão, quem venha tentando convencer o Planalto de que tal reajuste teria efeito eleitoral desprezível. E de que o que é necessário, no momento, é uma reativação, por boa parte de 2022, do Auxílio Emergencial de R\$ 600 mensais concedido pelo governo na pior fase da pandemia.

Se, no fim das contas, for essa a decisão do Congresso, é bem provável que o governo sofra perdas importantes na equipe econômica. Sem ir mais longe, o secretário especial de Tesouro e Orçamento, por exemplo, já deixou mais do que claro que não compactuará com tamanha irresponsabilidade. Seria, de fato, muito difícil manter a credibilidade do regime fiscal nesse cenário. O que, por si só, já configuraria deplorável retrocesso.

Pior ainda seria se, em paralelo, no calor do alarme com a aceleração da inflação, houvesse também retrocessos em políticas importantes de formação de preços que pareciam ter sido consolidadas ao longo dos últimos cinco anos.

A política de alinhamento de preços internos de derivados de petróleo a preços internacionais passou a ser a bola da vez. Vem sofrendo críticas cerradas, da direita à esquerda do espectro político. Arthur Lira, presidente da Câmara, achou oportuno lembrar à Petrobras que os brasileiros são seus acionistas (Folha, 14/9). Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, vem arguindo que, por ser empresa pública, a Petrobras tem de “cuidar também de interesses sociais” (Bloomberg, 13/10). E, em entrevista coletiva na semana passada, Lula não deixou dúvidas sobre o que pensa acerca do que anda fazendo a Petrobras. “Não vejo nenhum sentido em querer agradar acionista minoritário americano e não querer agradar consumidor majoritário brasileiro” (Folha, 9/10).

É fácil perceber que já há de novo no País denso caldo de cultura para deplorável retrocesso na política de preços de combustíveis. De pouco serviram as lições ainda recentes da longa, ruinosa e populista manipulação de preços imposta à Petrobras pelo governo Dilma Rousseff.

Mais uma vez se iludiram os que imaginavam que, no que diz respeito à mentalidade, o País só poderia andar para a frente.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/10/2021

GOVERNO QUER R\$ 20 BI PARA CONSTRUIR USINAS A CARVÃO; BNDES RESISTE

Banco fala em visão estratégica que envolve ‘matriz energética diversificada e limpa’
Por André Borges / BRASÍLIA

Com as dificuldades na geração de energia por hidrelétricas, o governo planeja investir R\$ 20 bilhões nos próximos 10 anos na renovação e ampliação do parque nacional de usinas térmicas alimentadas a carvão mineral. O BNDES, no entanto, informou que somente apoia projetos de energia limpa e, até segunda ordem, não pretende financiar o programa, informa André Borges. O banco de fomento afirma ter “visão estratégica que leva em consideração o desenvolvimento sustentável e de longo prazo do País e do mundo”, o que envolve “matriz energética diversificada e limpa”. A última usina a carvão mineral financiada pelo BNDES recebeu recursos em 2015. Em 2016, o banco decidiu vetar repasses para esse tipo de projeto. Neste ano, essa política foi formalmente definida pela diretoria do banco. Nos últimos cinco anos, o BNDES firmou contratos de R\$ 27 bilhões em financiamentos a projetos com fontes hídricas, solares, eólicas e de biomassa. Outros 12 projetos de térmicas a gás receberam R\$ 7,7 bilhões.

O plano do governo Bolsonaro de renovar o parque de usinas térmicas a carvão mineral, uma das fontes mais poluentes da matriz energética, prevê a injeção de R\$ 20 bilhões nessas operações nos próximos dez anos. A questão é saber de onde sairá o dinheiro para financiar um negócio que encolhe em todo o mundo devido à urgência na redução de emissões de gases de efeito estufa. O BNDES, principal banco estatal de financiamento do setor, está fora dessa aposta, diz que só

apoia energia limpa e que, até segunda ordem, não pretende colocar nenhum centavo naquele que é um dos principais programas energéticos do governo federal.

O Ministério de Minas e Energia (MME) afirma que a decisão do banco a respeito dos planos de renovação do parque de usinas térmicas a carvão, que anunciou em agosto, teria relação com a definição de “prioridades” de investimento, devido à “restrição de recursos” financeiros do banco. O Estadão questionou o banco sobre os planos do MME. O BNDES deixa claro que não se trata de falta de recursos, e sim da forma como encara o assunto.

O BNDES rechaçou qualquer possibilidade de financiar as operações, sob o argumento de que “tem uma visão estratégica que leva em consideração o desenvolvimento sustentável e de longo prazo do País e do mundo”. No setor de energia, disse o banco, “tal visão está necessariamente alinhada com os esforços para construir uma matriz energética diversificada e limpa”.

A última usina a carvão mineral financiada pelo BNDES recebeu recursos em 2015. No ano seguinte, o banco resolveu vetar repasses para esse tipo de projeto. Neste ano, o posicionamento foi formalmente definido pela diretoria do banco, para apostar em projetos menos poluentes. Nos últimos cinco anos, o BNDES firmou contratos de R\$ 27 bilhões em financiamentos a projetos com fontes hídricas, solares, eólicas e de biomassa. Outros 12 projetos de térmicas a gás receberam R\$ 7,7 bilhões no período.

Sem o repasse do BNDES, a renovação ou a ampliação do parque de usinas a carvão ficará mais difícil. Hoje, 100% dessa estrutura está limitada a sete usinas (uma no Paraná, duas no Rio Grande do Sul e quatro em Santa Catarina). Juntas, somam uma capacidade instalada de 1.572 megawatts médios, energia que abastece boa parte do consumo da região Sudeste.

A concentração dos projetos na região não é casual: 99,97% do carvão mineral do Brasil está no Sul, sendo 89,27% no Rio Grande do Sul, 10,38% em Santa Catarina e 0,32% no Paraná. O desafio é saber como o Brasil cumprirá suas metas de redução do aquecimento global – causado pelas emissões de gases de efeito estufa – se pretende renovar e investir no parque atual. Por outro lado, impõem-se medidas sociais e econômicas para amparar milhares de famílias que vivem da cadeia do carvão mineral, que movimenta cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

“O que deve ser feito, no caso dos trabalhadores do Sul, é uma transição justa, atendendo à demanda de energia e substituindo os empregos perdidos”, diz Ricardo Baitelo, coordenador de projetos do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). “Um exemplo de fonte capaz de apoiar o desenvolvimento econômico e social é a energia solar. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina são, respectivamente, o terceiro, o quinto e o nono no ranking de geração distribuída no Brasil, e essa atividade pode ser amplificada com políticas públicas e linhas de financiamento.”

Poluição em dobro. O setor mineral e as usinas térmicas sustentam a tese de que têm investido em novas tecnologias nos últimos anos, o que ajudou a reduzir o impacto ambiental desses projetos. Os dados, porém, quando comparados aos de demais fontes, dão uma ideia mais clara do que está em jogo.

Considere-se um volume de energia necessário para abastecer uma cidade do Sudeste com 1 milhão de habitantes. Se toda essa energia fosse gerada por uma usina a gás natural, seriam lançados no ar 1,3 milhão de toneladas de CO2 por ano. Se essa mesma energia saísse de uma térmica a carvão, seria o dobro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/10/2021

VALOR ECONÔMICO (SP)

EMBARQUES DO AGRO BATEM RECORDE, MAS PESO NA BALANÇA COMERCIAL CAI

No mês passado, receita com as exportações foi de US\$ 10,1 bilhões, montante 21% superior ao de setembro de 2020

Por José Florentino, Valor — São Paulo

Puxadas pelo bom desempenho do complexo soja e das carnes, as exportações do agronegócio registraram neste ano o melhor setembro da história, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A receita com os embarques no mês passado chegou a US\$ 10,1 bilhões, montante 21% superior ao de setembro de 2020.

Na mesma comparação, o volume dos embarques caiu 5,1%, segundo nota da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, mas o faturamento cresceu porque os preços internacionais dos produtos embarcados subiram 27,6%.

A despeito do bom desempenho, o agronegócio perdeu espaço na balança comercial, já que, também como reflexo da alta das cotações, os embarques brasileiros de outras commodities aumentaram 43,5%. Em setembro do ano passado, o agronegócio representava 45,8% do total das exportações; neste ano, o setor passou a representar 41,6% do total

O Brasil também gastou mais para importar produtos do agronegócio. As importações cresceram 19,2% no mês passado, para US\$ 1,25 bilhão, refletindo um aumento nos preços médios de itens como trigo e óleo de palma, que subiram 24,7% e 77,7%, respectivamente.

Soja e carnes em alta

O complexo soja respondeu por quase um terço da receita com as exportações o mês passado. O país embarcou 50% mais soja do que em setembro de 2020, totalizando US\$ 3,19 bilhões.

Já as exportações das carnes bovina, suína e de frango também bateram o recorde na série histórica: o Brasil nunca havia exportado mais de US\$ 2 bilhões em um mês de setembro. Neste ano, as vendas ao exterior foram de US\$ 2,21 bilhões, um aumento de 62,3% em relação a setembro de 2020.

As vendas de carne bovina ao exterior cresceram 77,7%, para US\$ 1,19 bilhão, um recorde. Também foi recorde o volume, de 212 mil toneladas.



Complexo soja liderou exportações do agronegócio em setembro — Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Em setembro de 2021, cinco segmentos (complexo soja, carnes, produtos florestais, complexo sucroalcooleiro, cereais, farinhas e preparações) representaram 80,6% do valor total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio. No ano passado, esses segmentos representaram 79% dos embarques.

Acumulado do ano

De janeiro a setembro, as exportações do agronegócio brasileiro alcançaram US\$ 93,6 bilhões, uma alta de 20,6%, segundo o Ministério da Agricultura. Já as importações cresceram 22,4% no mesmo comparativo, para US\$ 11,24 bilhões.

A receita com os embarques do complexo soja subiram 28,3%, para US\$ 41,3 bilhões, mesmo com queda de 1,6% no volume das vendas. Já as exportações de carnes bovina, suína e de frango renderam US\$ 15,375 bilhões, ou 21,6% a mais, com aumento de 7,6% no volume.

Nos últimos 12 meses, a receita com exportações soma US\$ 116,724 bilhões (alta de 14,5%), enquanto as importações totalizam US\$ 15,1 bilhões (avanço de 19%). Os embarques de soja renderam US\$ 44,33 bilhões (+14,9%) e os das carnes, US\$ 19,894 bilhões (+13,6%).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/10/2021

PREÇOS DE FERTILIZANTES SEGUEM EM ALTA; UREIA SUBIU 30% EM SETEMBRO

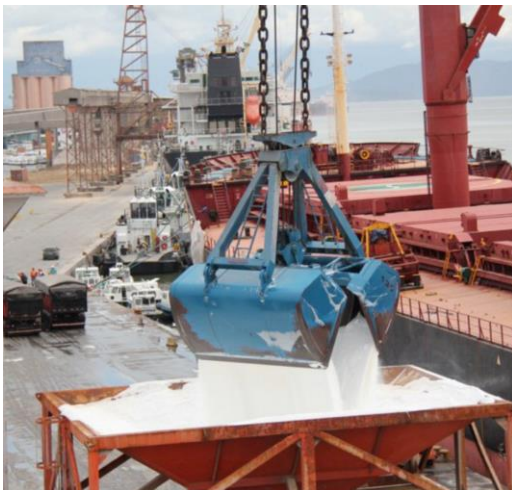
Aumento da cotação do gás natural acentua quadro de encarecimento dos adubos

Por Érica Polo, Valor — São Paulo

Os preços dos principais grupos de fertilizantes seguiram em alta no mercado internacional no último mês. A cotação da ureia alcançou US\$ 620 por tonelada no dia 1º de outubro, um avanço de quase 30% em relação ao valor registrado na última semana de agosto no Oriente Médio, importante região produtora, segundo relatório da Consultoria Agro do Itaú BBA.

O aumento do preço do gás natural, usado na produção da amônia — matéria-prima que, por sua vez, dá origem a nitrogenados como a ureia — foi um elemento importante na alta dos fertilizantes. O encarecimento do gás afeta as indústrias produtoras de adubos, a exemplo de Yara e Basf, que anunciaram cortes na produção. O mesmo fez a CF Industries, que voltou a operar normalmente com subsídios do governo inglês.

A Basf anunciou no fim do mês passado que reduziria a produção de amônia nas unidades da Antuérpia (Bélgica) e Ludwigshafen (Alemanha). “A companhia vai monitorar o andamento do preço do gás natural e ajustará sua produção de amônia de acordo [com os valores da matériaprima]”, disse a companhia, em comunicado. A Yara já havia anunciado decisão similar em meados de setembro.



Importação de adubo no Paraná — Foto: Divulgação

Outro fator de valorização dos nitrogenados é a crise energética na China, importante fornecedor global também de fosfatados. O mercado volta as atenções para o país, que, nos últimos meses, vem atuando para dificultar embarques de adubos. Há rumores sobre interrupção do fornecimento de alguns tipos de fertilizantes, lembrou recentemente o diretor de fertilizantes da StoneX, Marcelo Mello. Ainda segundo o Itaú BBA, a oferta global de fosfatados também foi impactada pelo furacão Ida nos Estados Unidos.

Em potássicos, mesmo com a perspectiva de baixos volumes de compras brasileiras nos próximos meses, os preços subiram 7% no intervalo entre o início de setembro e o começo de outubro. No dia 1º deste mês, a tonelada havia alcançado US\$ 770 (preço no porto) no país, informa o banco, reflexo, principalmente, das sanções que os Estados Unidos impuseram a Belarus, segundo maior produtor global. A medida tem gerado incertezas sobre a disponibilidade do insumo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/10/2021

NEOENERGIA TEM BOM DESEMPENHO OPERACIONAL EM GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, DIZ CREDIT SUISSE

O banco suíço destaca ainda o potencial de crescimento da empresa com a continuidade nas reestruturações da CEB, Celpe e Coelba

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



Linha de Transmissão Nova Porto Primavera, em Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, da Neoenergia — Foto: Instagram/Neoenergia

O desempenho operacional da Neoenergia no terceiro trimestre foi positivo, diz o Credit Suisse, com crescimento de 3,6% na distribuição de energia já incluindo o novo ativo em Brasília.

Os analistas Carolina Carneiro e Rafael Nagano destacam também que o segmento de geração da empresa teve um trimestre forte, com crescimento de 2,63% na energia renovável e de 386% nas térmicas, esse último resultado da crise hídrica.

“Acreditamos que a Neoenergia vai se beneficiar dos volumes positivos de distribuição, assim como os bons números de geração”, comentam.

O banco suíço destaca ainda o potencial de crescimento da empresa com a continuidade nas reestruturações da CEB, Celpe e Coelba.

O Credit Suisse tem recomendação de compra para Neoenergia, com preço-alvo em R\$ 24,10, potencial de alta de 52,7% sobre o fechamento de quinta-feira.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/10/2021

MINÉRIO DE FERRO RECUA 0,6% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, PARA US\$ 125,22 A TONELADA

Com esse desempenho, no mês, a principal matéria-prima do aço teve o ganho acumulado reduzido a 5%; em 2021, a desvalorização chega a 22%.

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Reprodução/Vale

Os preços do minério de ferro voltaram a recuar no mercado à vista nesta sexta-feira(15), diante da piora da expectativa quanto à demanda de minério na China nos próximos meses. Nesta semana, o governo chinês confirmou novas restrições à produção de aço durante o inverno, com provável impacto nas importações da commodity.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia com baixa de 0,6% no porto de Qingdao, a US\$ 125,22 por tonelada.

Com esse desempenho, no mês, a principal matéria-prima do aço teve o ganho acumulado reduzido a 5%. Em 2021, a desvalorização chega a 22%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados de minério para janeiro fecharam a sessão diurna com queda de 1%, a 723,50 yuan (cerca de US\$ 112,56) por tonelada, no terceiro dia consecutivo de queda.

A notícia de que a Rio Tinto reduziu a projeção de embarques de minério em 2021 na região de Pilbara não fez preço no mercado, ao menos nesta sexta-feira. Segundo a mineradora, o atraso na conclusão de uma nova mina “greenfield” em Guda-Darri, na Austrália, motivou o corte no intervalo estimado, de 325 milhões a 340 milhões de toneladas para 320 mi

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/10/2021

TCU ALERTA SOBRE ‘INCONSISTÊNCIAS’ EM DESESTATIZAÇÃO DE DOCAS DO ES

Decisão é novo revés no tribunal para para o ministro Tarcísio Freitas

Por Daniel Rittner — De Brasília



O ministro Bruno Dantas: “inconsistências e incorreções nas planilhas eletrônicas submetidas à apreciação” — Foto: Cristiano Mariz/O Globo

(Texto atualizado para incluir manifestação do Ministério da Infraestrutura) O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou “inconsistências e incorreções” nas planilhas eletrônicas sobre a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) que foram recebidas do governo pelo órgão de controle. Por isso, em despacho ontem, o ministro Bruno Dantas suspendeu por dez dias o prazo de análise da documentação.

A Codesa, responsável pela administração dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, será o primeiro leilão de uma estatal do setor. O Ministério da Infraestrutura vê essa desestatização, prevista para o primeiro semestre de 2022, como uma espécie de teste para a transferência à iniciativa privada da autoridade portuária de Santos (SPA) - por onde passam 27% dos bens exportados e importados pelo país

De acordo com o despacho assinado por Dantas, a área técnica do TCU (Seinfra PortoFerrovia) relatou “diversas inconsistências e incorreções nas planilhas eletrônicas submetidas à apreciação” do tribunal, que motivaram diligências e reuniões com os gestores do ministério. Ele lembrou ainda que a avaliação de ativos incluídos no Plano Nacional de Desestatização (PND), nos termos do decreto 2.594 de 1998, precisa ser feita por duas consultorias independentes.

“A equipe de auditoria constatou que o valor econômico do contrato (direito de outorga), após as diversas modificações realizadas na versão final avaliação econômico-financeira elaborada pelo consórcio Portos B, sofreu alteração de aproximadamente um terço de seu valor original, passando de R\$ 719,5 milhões para R\$ 471,6 milhões. Além disso, ainda hoje a equipe desconhece a versão final do relatório elaborado pela empresa Investor, mas vislumbra que haja modificações de magnitude semelhante”, escreveu Dantas.

O ministro informou que a área técnica pediu esclarecimentos e documentos adicionais à Secretaria Nacional de Portos, subordinada ao Ministério da Infraestrutura, mas o prazo terminou no dia 20 de setembro - sem resposta. Após cobrança, a secretaria enviou o material em 7 de outubro

Diante disso, foi suspenso o prazo de análise do processo de privatização entre 21 e 30 de setembro. Ou seja, esses dias não serão contabilizados no período que a equipe de auditores tem para avaliar a documentação.

Na quarta-feira, o Valor demonstrou que o ministro Tarcísio Freitas vinha sofrendo uma sequência de reveses no tribunal de contas, em projetos prioritários.

Em nota enviada ao Valor, o Ministério da Infraestrutura disse ter atendido a "todas as demandas propostas no prazo estabelecido e esclareceu eventuais inconsistências em tempo hábil". Para a pasta, "são procedimentos necessários e esperados para o aperfeiçoamento do projeto, o que só demonstra o papel relevante que a etapa de análise pela corte possui para o processo de desestatização de ativos da infraestrutura brasileira".

"Em especial, em projetos pioneiros, como é o caso da 1ª privatização de um porto público em nossa história", afirmou o ministério, em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/10/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

AGENDA PORTUÁRIA: SUMMIT PORTOS 5.0 ACONTECE NO DIA 21

Considerado como nova agenda de integração logística, evento aborda assuntos para desenvolvimento do setor portuário

Por SUMMIT PORTOS 5.0



Divulgação do evento

Pensando em ampliar a participação do Brasil no comércio internacional no setor de importação e exportação acontece o Summit Portos 5.0 – Nova agenda de integração logística do século 21.

O evento ocorrerá na quinta-feira, 21 de outubro, das 13h às 18h, no auditório do B HOTEL, em Brasília-DF (SHN Q 5 BL J Lote L - Asa Norte) e

contará com a presença de diversos profissionais da área para debater temas.

Cenário portuário brasileiro

Isso porque o setor de importação e exportação no Brasil se mostra como um dos cenários mais promissores do mundo. A movimentação de cargas containerizadas possui um crescimento rápido em muitos portos, o que atrai investimentos.



Apesar do Brasil representar apenas 1,2% das exportações (27ª posição global) e 1% das importações (28ª posição global), conforme o último relatório da OMC (Organização Mundial do Comércio), de acordo com o último Plano Nacional de Logística Portuária publicado em 2019, o setor de cargas containerizadas movimentou no país, em 2018, um total de 114 milhões de toneladas.

Summit Portos — Foto: Summit Portos

Perspectiva de crescimento no setor

A expectativa diante da demanda é que ocorra um crescimento dos fluxos de longo curso de 142% até 2060, considerando exportação e importação.

Pensando nesse cenário de evolução, a Summit Portos 5.0 surge como um meio de apresentar e discutir ideias que impactam positivamente a estratégia brasileira portuária.

“A Summit Portos 5.0 tem como objetivo ampliar a participação do Brasil no comércio internacional. Para isso é necessário expandir a capacidade aumentando o investimento e melhorar a eficiência a fim de diminuir burocracias e custos”, detalha o consultor Luiz Claudio Montenegro, que será um dos palestrantes do dia.

O evento terá palestras de temas importantes como: compreender os modelos de concessões; tipos de concessões no Brasil e no mundo; funções e responsabilidades das agências e dos órgãos reguladores; economias de escala e níveis de competição, lógica de integração vertical na logística; os efeitos e a concentração na competição, acesso ao mercado, nível de serviços e preços e debate e recomendações gerais ao modelo brasileiro de concessões.

Também serão levantados assuntos em painéis com os seguintes tópicos: estabilidade jurídica e segurança nos investimentos, redução de burocracia e regulação responsiva, arranjo produtivo e sincromodalismo, mercado competitivo portuário e haverá uma palestra para encerrar.

O evento será presencial para convidados, mas quem quiser participar remotamente poderá se inscrever pelo link para assistir a transmissão online.

A realização é pelo Grupo Tribuna e conta com o apoio das empresas TiL (Terminal Investment Limited) e APM Terminals.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 15/10/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SINAVAL LAMENTA FALTA DE POLÍTICA QUE EVITE MIGRAÇÃO DE ENCOMENDAS E EMPREGOS PARA ÁSIA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 15 Outubro 2021

Entidade considera que ausência de incentivos à construção no Brasil levam empresas a importarem navios e plataformas no exterior, provocando uma série de prejuízos à indústria brasileira em geral.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) lamentou a falta de uma política setorial que evite a contratação de encomendas de embarcações ou plataformas a estaleiros no exterior. Em nota, a entidade manifestou que respeita a decisão de qualquer empresa de encomendar ativos em qualquer parte do mundo, porém entende que não existem incentivos no Brasil para dar competitividade e ajudar a reter projetos em estaleiros nacionais. O comunicado foi emitido após a Log-In anunciar, na última quarta-feira (13), a encomenda de dois porta-contêineres ao estaleiro chinês Zhoushan Changhong International Shipyard.

“Lamentamos este fato, que se soma a diversos outros desde que foi tomada no Brasil a decisão de direcionar para o exterior, principalmente a China, a construção de embarcações e plataformas marítimas para as quais o Brasil tem estaleiros perfeitamente capacitados e com instalações que não ficam nada a dever às instalações dos países asiáticos”, manifestou em nota o presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha.

O Sinaval alertou que esses movimentos ocorrem quando o mercado de trabalho assume condições críticas no Brasil, ao mesmo tempo em que há uma indústria local, de construção naval e offshore e de navieças, em condições de atender a diversas modalidades de navegação e de serviços marítimos, porém desprestigiada e condenada à estagnação nos últimos governos. “Essa atitude, assistida passivamente e até mesmo estimulada pelo governo brasileiro, concorre para a exportação de milhares de empregos que deveriam ser dos competentes e capacitados trabalhadores brasileiros”, criticou Rocha.

O presidente do Sinaval considera que essa transferência seria compreensível se houvesse razões tecnológicas inatingíveis pelos estaleiros brasileiros e suas indústrias fornecedoras, ou por deficiência da capacidade produtiva, porém a indústria já atingiu elevados níveis de excelência, com conteúdo local agregado a navios e plataformas de alta qualidade. Rocha salientou que essas entregas apresentaram qualidade superior à observada em países como a China, em que foram constatadas deficiências nos produtos entregues ao Brasil, atrasando e prejudicando a execução de projetos importantes.

Cada navio encomendado pela Log-In terá capacidade nominal de 3.158 TEUs e aproximadamente 200 metros de comprimento total e 35 metros de boca. De acordo com a Log-In, a previsão de entrega é de dezembro de 2023 e maio de 2024, respectivamente. O Sinaval cita o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), como uma unidade de construção nacional em condição de entregar as embarcações anunciadas, dada a elevada capacitação atingida pela empresa e o sucesso na construção de grandes navios petroleiros de alta complexidade tecnológica, que hoje operam regularmente para a Transpetro.

O Sinaval avalia que falta vontade política para viabilizar novas obras no Brasil, principalmente para reduzir a diferença de custos que impossibilita estaleiros e demais empresas nacionais de atingirem condições de competitividade frente aos países asiáticos. A entidade compara que as indústrias nos outros países são incentivadas e protegidas por seus governos. “Não é uma tarefa que pode ser deixada apenas aos estaleiros brasileiros. É um projeto de Brasil, da sociedade brasileira, que tem que decidir se o país deve, ou não, renunciar aos objetivos econômicos, sociais e estratégicos de ter uma indústria naval forte e florescente”, finalizou Rocha.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/10/2021

ANTAQ CRIA GRUPO PARA DISCUTIR DISPONIBILIDADE DE CONTÊINERES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 15 Outubro 2021



Arquivo/Divulgação

Tokarski disse que objetivo é identificar formas de a agência reguladora poder ouvir usuários e colaborar com essa questão da disponibilidade e do fluxo de restituição de contêineres nos portos e recintos alfandegados brasileiros.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) criou um grupo para tratar da questão da disponibilidade e do fluxo de restituição de contêineres nos portos e recintos alfandegados brasileiros. O problema vem se agravando com a proximidade do fim de ano, quando o consumo tradicionalmente já é mais alto, pressionando armadores e agentes logísticos. O diretor da Antaq, Adalberto Tokarski, contou, nesta sexta-feira (15), que o objetivo do grupo é identificar formas de a agência reguladora poder ouvir usuários e colaborar com essa questão. Ele acrescentou que 2022 ainda terá grandes desafios para o setor de transportes marítimos, resultado dos efeitos da cadeia logística mundial durante a pandemia.

Ele observa iniciativas como do Porto de Paranaguá (PR), que criou uma força-tarefa para fazer com que os contêineres de importação cheguem ao destino e retornem o quanto antes para

ficarem disponíveis para o porto. O diretor ressaltou que, durante a pandemia, as instalações portuárias propriamente ditas responderam bem às demandas. “A parte portuária está preparada. Não tivemos problemas de embarque e desembarque nos portos brasileiros”, disse Tokarski durante o segundo dia do 40º Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), promovido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Tokarski sugeriu aos demais diretores da agência que, assim que a área técnica apresentar uma análise, sejam ouvidos os usuários do transporte e donos da carga. Ele chamou a atenção que, com a expansão do agronegócio e a diversificação de produtos nos principais estados fornecedores, já existem relatos de dificuldades para conseguir exportar. O diretor deu como exemplo a comercialização de gergelim plantado no Mato Grosso.

O diretor ressaltou que o poder concedente continuará a oferecer novos arrendamentos em áreas do porto organizado, com leilões a serem realizados pela Antaq nos próximos meses. Estão previstas concorrências para os dias 5 e 19 novembro, com oferta de mais nove áreas, além de outras que o governo espera organizar em certames no começo de 2022. “Vamos oferecer espaço. Haverá mais investimentos na área portuária, mas temos outros temas que precisamos resolver que não dependem diretamente só do Brasil”, disse Tokarski em referência à questão do custo do transporte e da necessidade de reposição desses equipamentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/10/2021

PETROBRAS AUMENTA EXPORTAÇÃO DO ÓLEO DE BÚZIOS PARA A CHINA

Da Redação OFFSHORE 15 Outubro 2021



A Petrobras deve exportar mais petróleo de Búzios para a China nos próximos meses, enquanto reserva o óleo de Tupi para o mercado doméstico, revela a consultoria Platts. Segundo a empresa, fontes da Petrobras disseram que a petroleira tem canalizado mais volumes de Tupi para seu próprio sistema nos últimos meses, enquanto direciona o foco para Búzios para os mercados de exportação.

Búzios bombeou 535.193 b/d em agosto, de acordo com o último relatório de produção da ANP. A produção do campo deve chegar a 2 milhões de b/d em 2030, segundo a S&P Global Platts.

A China National Offshore Oil Company (CNOOC) deve aumentar sua participação no campo de Búzios de 5% para 10%, de acordo com um comunicado da Petrobras em 29 de setembro. A Petrobras atualmente possui 90% do campo de Búzios, com os 10% restantes divididos igualmente entre a CNOOC e a China National Petroleum Corp (CNPC).

Em termos de qualidade, Búzios e Tupi são parecidos. Um relatório de ensaio de 2018 mostrou que Búzios tem densidade API de 28,4 e teor de enxofre de 0,308%, enquanto o crude Tupi, então denominado Lula, tinha densidade API de 30,5 e teor de enxofre de 0,351%, mostrou um relatório de ensaio de 2013.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/10/2021

SAMSUNG E LG INNOTEK DESENVOLVEM PRIMEIRO ECO GERADOR PARA NAVIOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 15 Outubro 2021

A sul-coreana Samsung Heavy Industries (SHI) e a empresa de tecnologia LG Innotek desenvolvem o primeiro gerador termoelétrico do mundo para uso em navios. Um sistema de geração de energia termoelétrica é um dispositivo que converte energia térmica em energia elétrica, utilizando as características de um material termoelétrico.



Ao acoplar o sistema à superfície de equipamentos geradores de calor, como motores de propulsão de navios, é possível gerar eletricidade e reduzir custos com combustível e as emissões de dióxido de carbono, segundo anunciaram as empresas em comunicado conjunto.

Os sistemas de geração de energia termelétrica não geram ruído e nem emissões de gases. SHI e LG apostam numa crescente demanda futura pelo sistema. As empresas planejam testar o equipamento

em navios de GNL de 174.000 metros cúbicos encomendados pela empresa de navegação japonesa NYK Line.

A embarcação será equipada com motor diesel bicomustível de baixa velocidade. Com o novo equipamento e outras tecnologias ecológicas, as duas empresas esperam que o navio atenda às metas de emissão zero introduzidas pela Organização Marítima Internacional (IMO).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/10/2021

SECRETÁRIO-GERAL DA ONU AVALIA COMO INSUFICIENTES AS INICIATIVAS PARA DESCARBONIZAÇÃO NO TRANSPORTE

Da Redação NAVEGAÇÃO 15 Outubro 2021



O secretário-geral da Nações Unidas, António Guterres, disse nesta quinta-feira (14) que as iniciativas para a descarbonização na indústria de transporte não atendem a meta de 1,5 graus do Acordo de Paris. Falando na conferência Global Sustainable Transport na quinta-feira, Guterres disse: “Vamos ser honestos. Embora os Estados membros da [ONU] tenham dado alguns passos iniciais por meio da Organização da Aviação Civil Internacional e da Organização Marítima Internacional (IMO) para lidar com as emissões do transporte marítimo e da aviação, os compromissos

atuais não estão alinhados com a meta 1.5C do acordo de Paris. Na verdade, eles são mais consistentes com o aquecimento muito acima de 3°C”.

A declaração foi feita a pouco mais de duas semanas da COP26, que será realizada em Glasgow. Tanto a aviação quanto o transporte marítimo deverão enfrentar uma averiguação severa pelos delegados da conferência.

Guterres também pediu que os navios com emissão zero sejam disponibilizados comercialmente até 2030.

“A adoção de um novo conjunto de metas mais ambiciosas e confiáveis que sejam verdadeiramente consistentes com os objetivos do acordo de Paris deve ser uma prioridade urgente nos meses e anos que virão”, disse Guterres. Ele destaca o fato de que a União Europeia pode estabelecer suas próprias medidas para o transporte marítimo, o que fragmentaria o debate.

Uma futura legislação ambiental pode ser desenhada pelo Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho (MEPC) da IMO, que se reunirá em novembro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/10/2021

CONTRATOS EM REGIME DE PARTILHA PRODUZIRAM 13 MIL BARRIS POR DIA EM AGOSTO

Da Redação OFFSHORE 15 Outubro 2021



Produção acumulada é de 58,3 milhões de barris de petróleo desde 2017

Por conta da parada programada da Área de Desenvolvimento de Mero, a produção média diária dos contratos em regime de partilha foi de 13 mil barris por dia (bpd) em agosto, 66% menor do que a registrada em julho e referente a 8 mil bpd produzidos em Entorno de Sapinhoá e 5 mil bpd em Tartaruga Verde Sudoeste. A parada de Mero deveu-se ao encerramento do Sistema de Produção Antecipada 1 (SPA-1) e mudança de locação do FPSO Pioneiro de Libra para dar início ao SPA-2.

A média diária do total do excedente em óleo da União em agosto foi de 5,6 mil bpd referente apenas ao contrato do Entorno de Sapinhoá, um resultado 40% inferior em relação ao mês anterior. Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha soma 58,3 milhões de barris de petróleo. A parcela acumulada do excedente em óleo da União no período é de 10,2 milhões de barris de petróleo.

Gás natural

A produção média diária de gás natural nos dois contratos com aproveitamento comercial do gás natural foi de 175 mil m³/dia, sendo 138 mil m³/dia em Entorno de Sapinhoá e 37 mil m³/dia em Tartaruga Verde Sudoeste. Em comparação com o mês anterior, o volume de gás disponível apresentou queda de 16,5%. A média diária do total do excedente em gás natural foi de 97 mil m³/dia referente apenas ao contrato do Entorno de Sapinhoá, representando uma queda de 19% em relação ao mês anterior

Desde 2017, a produção acumulada soma 264 milhões de m³ de gás natural com aproveitamento comercial. O excedente em gás natural no mesmo período é de 87,7 milhões de m³.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/10/2021

LOG-IN TEM AVALIAÇÃO DE RISCO MELHORADA PELA S&P

Da Redação NAVEGAÇÃO 15 Outubro 2021



A Standard & Poor's elevou o rating nacional de longo prazo da Log-In para 'brA', anunciou a empresa de navegação nesta quinta-feira (15), por comunicado ao mercado. A perspectiva do rating é Estável. O relatório da agência de avaliação de risco afirma: "Em nossa visão, a Log-In, nos últimos trimestres, foi capaz de fortalecer sua posição competitiva dentro do mercado de navegação costeira de contêineres, ao mesmo tempo que apresentou melhora em suas margens, em função da reestruturação operacional que tem realizado desde 2018".

A avaliação ocorre um mês após a Log-In receber proposta de venda de até 67% de suas ações à MSC.



A Standard & Poor's destaca ainda que "Em meio à sua trajetória de crescimento, a Log-In tem sido capaz de apresentar melhora de sua geração de caixa, o que combinado ao aumento de capital concluído no final de 2019, fez com que a alavancagem do grupo se reduzisse significativamente. (...) Aumento de capital trouxe colchão de liquidez em meio ao coronavírus. Assim, desde o primeiro trimestre de 2020, a Log-In tem mantido um colchão confortável de liquidez, e esperamos que continue adotando uma gestão prudente de risco".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/10/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006